

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH-III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS – PPGESA**

**THAYNARA OLIVEIRA DA SILVA**

**NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS E VIVÊNCIAS DE GÊNEROS  
DE MULHERES TRANSEXUAIS EM SENHOR DO BONFIM - BAHIA**

**JUAZEIRO – BA  
2022**



**THAYNARA OLIVEIRA DA SILVA**

**NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS E VIVÊNCIAS DE GÊNEROS  
DE MULHERES TRANSEXUAIS EM SENHOR DO BONFIM - BAHIA**

Dissertação de mestrado apresentado ao Departamento de Ciências Humanas, Campus III, Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de Pesquisa: Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido

Orientadora Profa. Dra. Edonilce da Rocha Barros.

Co-Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Souza Rios.

Juazeiro – BA  
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
por Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

S586n

Silva, Thaynara Oliveira da

Narrativas (auto)biográficas e vivências de gênero de mulheres transexuais em  
Senhor do Bonfim - Bahia / Thaynara Oliveira da Silva. Juazeiro-BA, 2022.  
74 fls.: il.

Orientador (a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edonilce da Rocha Barros.

Coorientador(a): Prof. Dr. Pedro Paulo de Souza Rios.

Inclui Referências.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia.  
Departamento de Ciências Humanas DCH-III. Programa de Pós-Graduação em  
Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, Campus III. 2022.


1. Narrativas autobiográficas. 2. Mulheres transexuais. 3. Vivências de gênero.  
4. Semiárido. 5. Estudos queer. I. Barros, Edonilce da Rocha. II. Rios, Pedro Paulo de  
Souza. III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas  
DCH-III. IV. Título.

CDD: 809.93592


**FOLHA DE APROVAÇÃO**  
**" NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS E VIVÊNCIAS DE GÊNEROS DE MULHERES**  
**TRANSEXUAIS EM SENHOR DO BONFIM - BAHIA "**

**THAYNARA OLIVEIRA DA SILVA**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, em 26 de setembro de 2022, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

 Documento assinado digitalmente  
EDONILCE DA ROCHA BARROS  
Data: 26/12/2022 17:25:31-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Professora Dra. EDONILCE DA ROCHA BARROS (Orientadora)  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Doutorado em Ciências Humanas  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

 Documento assinado digitalmente  
PEDRO PAULO SOUZA RIOS  
Data: 22/12/2022 18:46:46-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Professor Dr. PEDRO PAULO SOUZA RIOS (Examinador Interno)  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal de Sergipe – UFS

 Documento assinado digitalmente  
REZENDE BRUNO DE AVELAR  
Data: 07/12/2022 13:19:45-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Professor Dr. REZENDE BRUNO DE AVELAR (Examinador Externo)  
Universidade Estadual de Goiás – UEG  
Doutorado em Sociologia  
Universidade Federal de Goiás – UFG

## **ENTRE PANDEMIA E DISSERTAÇÃO: AGRADECIMENTOS?!**

Peço licença à ancestralidade, peço agô às entidades para compartilhar este texto e agradecer por ter chegado a esse momento de finalização de mais um ciclo. Estas que caminharam e caminham comigo neste percurso, que tanto acalentaram e tomaram a frente desse caminho em muitos momentos, ou na maioria deles, enquanto sustentação, força, FÉ e proteção. E peço desculpas àquelas entidades que aqui não citei.

Agradeço ao universo por ter chegado a este momento VIVA, sim, viva. Ser diagnosticada e se perceber dentro de um quadro de adoecimento psicológico não é algo um tanto comum, ao menos até o momento, não para mim. E estar compartilhando esses agradecimentos, é sem dúvidas a maior conquista.

Agradeço ao meu filho, José Lucas, esse serzinho ainda pequeno, mas tão gigante na subjetividade e com uma potência de identidade em construção. Filho, você é meu porto seguro e meu horizonte também. Desde a sua chegada, aos meus 14 anos, sim, fui mãe muito jovem, venho travando guerras e ganhando batalhas com a vida para que possamos ter um futuro minimamente seguro. Nessa, pensei não conseguir em muitos momentos, e tenho certeza que compreenderia caso acontecesse, nossa conexão é nossa, única. Mas, sua mãe está finalizando também esse ciclo, peço desculpas pelas ausências, pelos choros, muitos foram compartilhados contigo, agradeço tanto pelo colo e carinho que me acalentou durante esse período. Ser mãe solo é meu maior desafio, acolhendo as culpas por não conseguir estar presente por ter que ir conquistando o nosso mundo, no mundo. Obrigada filho!

Agradeço a minha psicóloga, na pessoa de Adliany Rodrigues, essa que comigo vem estando e trabalhando, desde o ano de 2020, compartilhando, principalmente, esse processo, que tanto me atravessa, obrigada pelo comprometimento comigo. O universo sem dúvidas não erra em cada encruzilhada que se entrecruza. A sua secretária e irmã Arianny também, pelos encaixes, atendimentos de emergência e acolhimento já na recepção, fazem a diferença.

Agradeço à minha mãe, pelas orações, por ter partilhado as angústias, medos, amedrontamentos e por ter me encorajado. Mãe sempre é aquela que sofre com a gente, então, esse ciclo se encerra para nós duas. Aos meus irmãos, Thaylla e Walyson, com vocês eu dividi e divido essa jornada, fogem palavras para esse agradecimento. Gratidão pela escuta, pelo amparo, pelo colo, por terem se feito presente nesse percurso tão difícil, essa conquista é nossa, sem dúvidas. Agradeço também aos meus avós, Luzinete e Ivan, mesmo que vocês não compreendam o que é o mestrado, mas me possibilitaram chegar até aqui, gratidão, vocês fazem

parte disso também. Agradeço a minha família, ao meu pai, mesmo distante possibilitou apoio em muitos momentos.

Agradeço aos meus amigos, em especial, Rozí, Rebert, Nando, Dudu, Delson, Val, Rai, Nayrla, compartilharam comigo, principalmente, o choro e as angústias dessa jornada tão desafiante e dolorosa, mas que está se findando.

Agradeço aos meus orientadores, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edonilce da Rocha Barros e Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Pedro Paulo Souza Rios, Peu, pela paciência, compreensão dos muitos silêncios, em sua maioria, durante esse período de orientação. De uma orientanda que silenciou na maior parte do período por não conseguir compartilhar um pouco das angústias causadas diante de momentos de crises. Peu que vem me orientando desde a graduação e partilhando vivências, experiências da formação docente. Gratidão, eu aprendi muito com vocês.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, pela vivência, formação, conhecimento no curso. Em especial, ao Prof<sup>o</sup> Josenilton Nunes Vieira, atualmente coordenador do programa, pela paciência e acolhida mesmo que a distância. As meninas da secretaria do programa, na pessoa de Cleidinha, Scarlett, Elenice e Rafaela, sem dúvidas o acolhimento de vocês torna essa jornada mais leve. E a todos/as professores/as que contribuíram com o meu conhecimento. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa que permitiu uma formação mais aperfeiçoada, o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço em especial às participantes da pesquisa, gratidão por terem aceitado compartilhar suas histórias comigo para o desenvolvimento desse estudo. Sem vocês nada disso seria possível. Agradeço à minha turma 2020, juntos e juntas atravessamos um mestrado em uma pandemia, jamais imaginávamos vivenciar esse contexto, momento singular dentro da história. Obrigada por se fazerem perto mesmo a distância, pelo coletivo, pelo amparo, o acolhimento de vocês também me salvou.

Ao Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – Irpaa, em especial ao eixo Educação e Comunicação, atualmente meu local de trabalho e que chegou no finalzinho do mestrado para somar, ressignificar minha trajetória, não só profissional, mas, principalmente, pessoal. Com vocês eu aprendi e venho aprendendo a romper estereótipos, não só sobre o Semiárido, mas sobre uma sociedade colonizadora. Venho aprendendo, principalmente, na prática, com gente, e que é possível fazer do mundo um lugar melhor, o Bem Viver.

Olorum Modupé.

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar, por meio de narrativas autobiográficas, as vivências de gênero de mulheres transexuais egressas do ensino médio de escolas públicas estaduais em Senhor do Bonfim – Bahia. Evidencia a fluidez identitária contemporânea, o trânsito de uma desconstrução social da heteronormatividade a partir do emergir de corpos difusos e plurais. A concepção do que é ser mulher, as performatividades desse ser mulher, a binaridade dos sexos até as identidades de gênero. Visibilizando como foi o acesso desses corpos aos diferentes espaços, principalmente o espaço escolar, a reflexão das vivências de diversidades no currículo. A discussão teórica dessa pesquisa é fundamentada nos estudos *queer*, por corroborar com os processos de subjetivação e diferenças. Este estudo tem como base epistemológica os estudos pós-críticos que trazem uma discussão sobre as diferenças, transgressões e subjetividades; questionam as relações entre currículo, identidade e poder. A base investigativa é fundamentada na abordagem autobiográfica, partindo das minhas vivências enquanto docente nas escolas estaduais, sendo a entrevista narrativa o instrumento de coleta de dados, visando profundidade em aspectos específicos, a partir dos quais emergem histórias de vida. As colaboradoras da pesquisa foram (04) mulheres egressas, sendo (03) mulheres transexuais e (01) mulher travesti, auto identificação delas. A pesquisa evidenciou esse não lugar, ou melhor, outro lugar vivenciado por essas mulheres egressas. Nesse sentido, suas narrativas apontaram vivências dessas infâncias trans, as estratégias de sobrevivência dentro do espaço escolar e em outros espaços no Semiárido. Aponta a emergência de visibilizar corpos trans como o emergir de um novo paradigma a partir desses corpos, para além da fronteira, do não lugar, também de (re)estruturar o espaço escolar, o Ensino Superior, a formação docente, a construção heteronormativa social no Semiárido.

**Palavras-Chave:** mulheres transexuais; narrativas autobiográficas; vivências de gênero; Semiárido; estudos queer

## ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze, through autobiographical narratives, the gender experiences of transsexual women who graduated from high school in state public schools in Senhor do Bonfim - Bahia. It highlights contemporary identity fluidity, the transit of a social deconstruction of heteronormativity from the emergence of diffuse and plural bodies. The conception of what it is to be a woman, the performativities of being a woman, the binarity of the sexes to gender identities. Visualizing how was the access of these bodies to different spaces, mainly the school space, the reflection of the experiences of diversities in the curriculum. The theoretical discussion of this research is based on queer studies, as it corroborates the processes of subjectivation and differences. This study is epistemologically based on post-critical studies that bring a discussion about differences, transgressions and subjectivities; question the relationships between curriculum, identity and power. The investigative basis is based on the autobiographical approach, based on my experiences as a teacher in state schools, with the narrative interview being the data collection instrument, aiming at depth in specific aspects, from which life stories emerge. The research collaborators were (04) female graduates, being (03) transsexual women and (01) transvestite woman, their self-identification. The research evidenced this non-place, or rather, another place experienced by these female graduates. In this sense, their narratives pointed to the experiences of these trans childhoods, the survival strategies within the school space and in other spaces in the Semiárid region. In this sense, making trans bodies visible is urgent, the emergence of a new paradigm from these bodies, beyond the border, the non-place, (re)structuring the school space, Higher Education, teacher training, the social heteronormative construction in the semiárid.

Key words: transsexual women; autobiographical narratives; gender experiences; semiárid; queer studies

## LISTA DE SIGLAS

**CID** - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde

**GGB** – Grupo Gay da Bahia

**IFBAIANO** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

**LGBTQIAP+** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans, Queers, Intersexo, Assexual, Pansexual +

**UNEB** – Universidade do Estado da Bahia

**UNIVASF** – Universidade do vale do São Francisco

**TCC** - Trabalho de Conclusão de Curso

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**UNICEF** – Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INICIANDO O DIÁLOGO: TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1	O SER MULHER: DE QUAL LUGAR ESTOU FALANDO?.....	18
<b>2</b>	<b>PERCUSSO METODOLÓGICO: POR ONDE CAMINHAR.....</b>	<b>27</b>
2.1	<i>LÓCUS</i> DE PESQUISA.....	31
2.2	AS CURVAS NO CAMINHO: DESAFIOS ENCONTRADOS.....	32
2.3	NARRADORAS: QUEM SOMOS?.....	37
<b>3</b>	<b>NARRANDO AS VIVÊNCIAS: “VOCÊ ESTÁ FALANDO COM ELAS”... </b>	<b>40</b>
3.1	“EU SEMPRE PREFERIA BRINCAR COM AS MENINAS” INFÂNCIAS PRODUZIDAS.....	42
3.2	“DESDE A PRIMEIRA SÉRIE EU JÁ TINHA MINHA CABECINHA FORMADA” AS <i>TRANSUBJETIVIDADES</i> NO ESPAÇO ESCOLAR.....	46
<b>4</b>	<b>NARRATIVAS <i>TRANSUBJETIVAS</i> NO SEMIÁRIDO: “SÓ SABE QUEM PASSA”.....</b>	<b>55</b>
4.1	<i>TRANSVISIBILIZANDO</i> AS MÍDIAS DIGITAIS NO SEMIÁRIDO.....	62
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES EM TRÂNSITO.....</b>	<b>65</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>
	<b>ANEXO - TCLE.....</b>	<b>72</b>

## 1 INICIANDO O DIÁLOGO: TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

*Triste, louca ou má  
Será qualificada  
Ela quem recusar  
Seguir receita tal*

*A receita cultural  
Do marido, da família  
Cuida, cuida da rotina*

*Só mesmo, rejeita  
Bem conhecida receita  
Quem não sem dores  
Aceita que tudo deve mudar*

*Que um homem não te define  
Sua casa não te define  
Sua carne não te define  
Você é seu próprio lar  
(Francisco, el hombre, 2016)*

A contemporaneidade tem colocado em pauta questões que pensávamos ter sido superadas com o advento da era pós-moderna, caracterizada pela fluidez identitária, intimamente relacionada ao descentramento do sujeito (BAUMAN, 2003; HALL, 2006), favorecendo mudanças e ressignificações contínuas dos modelos de comportamento, estilos e a ausência de raízes e de fundamentos últimos, registrando-se o declínio das grandes narrativas modernas e das características morais ou éticas que as sustentavam anteriormente.

A pós-modernidade juntamente com essa fluidez evidencia processos plurais e difusos, especialmente sujeitos fragmentados e cambiantes, viajantes pós-modernos (LOURO, 2018). Sendo nós, a partir de nossas subjetivações identitárias, os sujeitos, viajantes pós-modernos, inacabados/as, conhecendo novas culturas, fazendo travessias e deslocamentos. A cada parada dessa viagem, que é a vida, levamos e deixamos um pouco de nós. Cada conhecimento, cada acesso ao desconhecido, as novas formas de ser e estar no mundo, a sua pluralidade. Literalmente, sujeitos cambiantes, em trânsito, é importante destacar que toda essa fluidez acontece de maneira mais intensa quando se trata das subjetividades, a construção identitária desses sujeitos. Destacando as minorias sexuais aonde esse processo se dá de uma forma bem

mais intensa, além de todo o social, a negação, o silenciamento e o padrão imposto para cada corpo reverberam internamente em outra proporção.

As subjetividades dos sujeitos a partir de suas vivências têm influenciado a ressignificação social, é notório perceber nas mulheres, por exemplo, elas têm ocupado cada vez mais espaços, um empoderamento em torno da vida, do seu corpo, da sua sexualidade; o que também acontece com as minorias étnicas, religiosas, sociais, sexuais, sendo esta, objeto desse estudo. O paradigma que conhecemos, vivemos, estamos inseridos/as está em transformação. Esse paradigma citado por Bauman acima, da fluidez identitária, do descentramento do sujeito, corrobora com os estudos identitários, pós-críticos e *queer*. Sim, temos outro paradigma, outros, vividos na contemporaneidade, o sujeito passa a ser pensado a partir das suas subjetivações, das suas vivências, dos seus deslocamentos.

Kuhn (1998, p.13), nos traz a definição de paradigma como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Essa definição de paradigma é importante para compreendermos e definir durante determinado tempo os problemas enfrentados pelas comunidades. Mas, a pós-modernidade evidenciou essa transformação, trouxe outras realizações científicas, precisaram de atualizações, já não estavam mais abarcando a pluralidade existente, as comunidades protestavam, os sujeitos já não se encaixavam, os modelos de comportamentos, estilos, os padrões heteronormativos não conseguiam mais silenciar, nesse sentido, novas narrativas, identidades, foram emergindo.

É pertinente evidenciar o território estável e definido ao qual esse paradigma, da fluidez, do descentramento do sujeito, citado acima, adentra, abala, estremece. Fazendo alusão a Louro (2014), trazemos o sentido de território referindo-se a cultura existente e pré-definida que nos encontramos, com padrões muito bem determinados e impostos; corpos extremamente alinhados, tidos como ideal, estamos sufocados/as em expectativas impostas desde o nosso nascimento, modelos de comportamentos, morais, éticos, estilos, sexos, gêneros, relacionamentos, religião. Cobrados/as a atendermos o padrão da heteronormatividade, cisgeneridade.

Entretanto, esse trânsito pertencente as subjetivações de gênero, tão plural e fluído em algum momento evidenciaria corpos além do previsto, em algum momento esses corpos iriam transbordar os territórios, educativos, geográficos, simbólicos, não iriam mais conseguir silenciar-los. O que fazer com aqueles/as que não se encaixam, não atendem, não seguem esses modelos/regras/definições? Com os corpos que estão além desse território? Tudo que não segue dentro do exigido é tido como estranho, desviante, diferente. Ficam à margem da sociedade,

sem voz, sem educação, sem saúde, sem políticas públicas, sem direitos humanos, a assistência social mínima não é garantida, muito menos efetivada.

Nesse sentido, faz-se necessário retomarmos um pouco a história para compreendermos melhor o processo de construção das lutas dos movimentos identitários. É no final do século XX e início do século XXI, onde as minorias étnicas, geracional, gênero, sexual, dentre outras, começaram a reivindicar seu lugar social. A sociedade volta seu olhar após muitas reivindicações, lutas, mortes, naquele momento, um olhar muito mais marginalizado para tais questões. As políticas públicas, se firmavam enquanto campo de estudo das ciências sociais e humanas. É pertinente ressaltar que tais discussões têm seu marco inicial após a década de 1980, com o advento do movimento feminista. Nesse período, mulheres em diferentes países se organizaram tendo como pauta comum a defesa dos direitos das mulheres (RIOS, 2016). Ecoando assim, um grito a favor da equidade dos direitos sociais. Primordialmente, as mulheres reivindicavam o direito ao espaço público, como trabalhar, estudar e frequentar espaços até então reservados aos homens (SAFFIOTI, 2004).

Voltemos um pouco nesse momento histórico para pensar que um pouco antes, no século XVIII, onde o binarismo era o modelo vigente, os gêneros masculino e feminino, a separação entre gênero/sexo começa a ser demarcada. As mulheres nesse momento não podiam frequentar locais que eram exclusivos aos homens, a troca de papéis era algo proibido e visto como um crime. Essa troca de papéis, ou seja, de vestimentas por parte das mulheres para ter acesso a espaços públicos começou a acontecer. O que Oliveira e Grossi (2014) ressaltam como os primeiros indícios do que virá a ser conhecido mais tarde como travestismo. Além de chamar atenção para que travestismo e transexualidade tiveram seu início dissociado de sexualidade.

Já transexualidade é associada mais tarde a partir do que antes eram chamados de hermafroditas, corpos que nascem com características femininas e masculinas, hoje chamados de intersexo. Entretanto, vale ressaltar, a pluralidade de significações desses corpos, em muitas culturas eram tidos como algo divino, abençoado. Até a segunda metade do século XX o termo transexual não existia, somente após o caso de Richard Von Krafft-Ebing<sup>1</sup>, tornou-se a referência mais antiga sobre o tema, uma narração autobiográfica, viveu e sentiu-se como mulher após a adolescência, sem nenhuma característica dos dois sexos, o hermafroditismo. Isso foi importante, pois acreditavam que era algo vivenciado pelas pessoas hermafroditas devido as características de ambos os sexos.

---

<sup>1</sup> Na segunda metade do século XX, o caso de um homem nascido na Hungria que, após a adolescência passa a se sentir e viver como mulher. Sendo a mais antiga referência sobre o tema (OLIVEIRA E GROSSI, 2014, p. 2).

A travestilidade era associada aos homens que se vestiam com vestimentas femininas, já a transexualidade, as pessoas que faziam a cirurgia de mudança de sexo. Sendo visto como confusão mental, psicose, delírio. Com o avanço da ciência e dos estudos passa a ser integrada à noção de sexualidade. A pessoa transexual era tida como um doente mental, pesquisas são iniciadas, adentrando ao campo da psiquiatria, psicologia, psicanálise. Classificando-se como uma patologia. Algumas dessas questões perduram até os dias de hoje, sobre o que de fato é a transexualidade. O termo travesti foi utilizado durante muito tempo. Nos últimos dez anos foi popularizado o termo transexualidade, este mais conhecido e tencionando as discussões. Alguns corpos que até então se identificavam enquanto travestis, passaram a se reconhecer como pessoas transexuais.

É importante destacar a existência da categoria travesti, é a partir dela que nascem as discussões, a identificação desses corpos, durante um tempo conseguiu abarcar ao que estava posto naquela época, anterior a década de 1990, pós anos 1980 os movimentos sociais são evidenciados, conseqüentemente ressignificados como as discussões em torno das diversidades. Hoje o termo ainda é utilizado, essa categoria é reconhecida, entretanto, chegou um momento que esses corpos precisaram se reinventar. As suas subjetividades já não estavam sendo contempladas, ao que socialmente se tinha sobre as sexualidades, identidades, emergiam novas identidades de gênero.

Sendo assim, cada corpo, no seu processo identitário tem a sua identificação. Todavia, após 28 anos a transexualidade deixou de ser considerada uma patologia pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID). A Resolução nº 01/2018 nos diz que “Considerando as expressões e identidades de gênero como possibilidades da existência humana, as quais não devem ser compreendidas como psicopatologias, transtornos mentais, desvios e/ou inadequações”. Extremamente recente e lento esse reconhecimento.

As outras intersecções passam a ser discutidas no movimento feminista, como raça, orientação sexual, identidade de gênero, anos mais tarde, faz-se necessário perceber as várias formas de ser mulher. Se uma realidade não é nomeada, nem sequer será pensada melhorias para esta realidade invisível (RIBEIRO, 2019). E a realidade das pessoas transexuais, nesse caso, especificamente o objeto desse estudo, as mulheres trans é invisibilizada. Há uma produção cultural daquilo que é tido como o “ser mulher”, obviamente pautada dentro da cisnormatividade, onde os gêneros cis são colocados em uma posição privilegiada, sendo a norma social. O ser mulher e suas interseccionalidades suscitaram inquietações, fazendo pensar outras possibilidades, além do discurso dominante e que precisam ser visibilizadas.

Atualmente, as discussões em torno das questões relacionadas às minorias sexuais estão em evidência, principalmente diante do atual cenário político brasileiro, considerando a postura de um governo que defende os valores morais cristãos equivocados, se emanando por todo país, uma política direitista que visa à redução de todos os direitos conquistados, ameaça à democracia vigente e tenciona os preconceitos, exclusões daqueles/as que fogem do adequado ao padrão social. Nesse cenário, problematizar as questões das subjetividades e vivências de pessoas transexuais no Semiárido, se constitui num ato de luta e resistência política, fazendo-se necessário o entendimento em torno de tais questões, promovendo um conhecimento intelectual e acima de tudo de equidade social, baseado no respeito aos plurais e múltiplos.

Romper com os esquemas binários das identidades, sexualidades e de gênero, conforme citados anteriormente, tem se tornado um dos maiores desafios da atualidade, entendendo e percebendo a importância de se educar para uma sociedade que respeite as diversidades. No que diz respeito à constituição das identidades de gênero, as questões inerentes à diversidade sexual têm tido significativa relevância. Destacando-se a quantidade de assassinatos que esses corpos sofrem.

Segundo dados do Dossiê *assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*: “tivemos no ano de 2021 pelo menos 140 assassinatos de pessoas trans, sendo 135 travestis e mulheres transexuais e 05 casos de homens trans e pessoas transmasculinas” (ANTRA, 2022 p.32). Fica evidente a diferença em relação as travestis e mulheres trans, correm um risco maior de assassinato, aproximadamente 17 vezes em relação ao gay.

Não se trata apenas do silenciamento, para além dessas questões, são violências produzidas, pela sociedade, pela cultura, pelo patriarcado, o fato de ser mulher já desponta nesse ranking, eleva os assassinatos em números consideráveis. O lugar masculino normativo ocupado no meio social sempre é mais seguro, independente da sua identidade de gênero ou do seu sexo. É urgente um deslocamento desse pensamento, os dados são alarmantes e vidas são extintas numa proporção de violência sem igual. Enquanto mulher já vivenciei e vivencio violências nos mais diferentes espaços, apenas pelo fato de ter de pertencer ao sexo feminino. Constituir-se enquanto mulher, o torna-se mulher vai ao longo da vida intensificando as violências.

Na infância o silenciamento ao que é adequado a cada gênero a partir do sexo, na adolescência somos violadas, ao andar nas ruas, os olhares masculinos sobre os nossos corpos, por figuras masculinas familiares em quem temos confiança, se constituindo enquanto abusos, assédios, estupros. Segundo dados do UNICEF (2021), maioria dos casos de violência sexual,

86% dos autores eram conhecidos. Violências produzidas, desde a infância até atingir a idade adulta, o patriarcado assume esse lugar sobre os nossos corpos femininos. E conforme as categorias a violência vai se acentuando, seja em relação a sexualidade, a raça, a classe social.

Diante de tais dados, enquanto profissional da educação, transitando por esses espaços de formação, como escolas, cursos, mesas, oficinas, dentre outros, é possível suscitar alguns questionamentos, olhares para aquilo que não se quer ver; para o que é silenciado, invisibilizado. Pensar em como está acontecendo o processo formativo desses/as adolescentes, se essas questões estão perpassando esse processo, precisamos nos atentar a este diálogo. Pensar nas produções dessas violências, são problematizações que perpassam a educação, passamos uma boa parte de nossas vidas dentro da escola, são vivências escolares também, os sujeitos se constituem e estão em processo formativo dentro da escola. Acontece não só uma formação escolar, mas ela também é pessoal, profissional, sexual, subjetiva, identitária.

É necessário um acolhimento, uma formação por parte das instituições e dos/as profissionais de educação que compõem esses espaços para lidar com tantas questões, dúvidas, sentimentos dos sujeitos que ali transitam/passam, além de formar para o respeito em todos os sentidos. Assim, contribuindo significativamente para uma sociedade que respeite as mais diversas categorias, de gênero, orientação sexual, identidade, raça, etnia, social, religião. Souza (2014, p.39), ressalta que “a vocação normalizadora da educação se vê ameaçada com a homossexualidade e suas diferentes formas de representação no cotidiano social e escolar”. Todavia exigindo uma prática pedagógica que forme para além desse sistema sexista, homofóbico e transfóbico. A escola enquanto potencializadora de uma sociedade e construtora do espaço social é fundamental trabalhar tais questões, contribuindo diretamente na formação de sujeitos que respeitem e promovam a equidade.

Nesse sentido, o espaço educacional tradicional se sente pressionado ao lidar com tais questões, com sujeitos diferentes, fora do “normal”, do esperado pela sociedade. Franco e Cicilini (2015, p.2), ressaltam que “a partir dos anos finais da década de 2010 surgiram demandas de pessoas trans junto ao contexto escolar que passaram a identificar a escola como um lugar de pertencimento apesar dos diversos obstáculos enfrentados por esse segmento social confinado ao universo da marginalidade”. Falamos de alunas trans de uma determinada localização social, o Semiárido baiano.

Esse cenário fazia parte de um contexto mundial, brasileiro, inclusive no Semiárido, tão estereotipado como um lugar de sofrimento, seca, fome, atrasos (RIOS, 2016). É importante enfatizar que essas discussões no Semiárido baiano ganham outras proporções, ainda estamos a princípio, tentando romper com os binarismos de gênero (homem-mulher) e da sexualidade

(heterossexual-homossexual) e aceitar as múltiplas posições que estão sendo delineadas na sociedade, ditas anteriormente, ou seja, as discussões precisam avançar, a formação precisa levar em consideração tais problematizações, só assim conseguiremos uma sociedade que contemple os plurais e múltiplos, sem quaisquer tipos de distinção. Anos mais tarde outras categorias sociais de gênero, sexualidade, tais como gays, lésbicas, travestis, transexuais se organizam em movimentos reivindicando equidade social. É desse lugar que falaremos, evidenciaremos as discussões em torno das subjetivações e vivências de gênero.

Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre a ressignificação deste Semiárido a partir de seu povo, sua cultura, seus saberes e fazeres. Malvezzi (2007, p.9) ressalta que “o Semiárido Brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só”. E é justamente neste espaço de identidade que as identidades emergem, transitam se fazem constituintes do processo social. Por isso, ao pensar em processos educativos no território Semiárido, precisamos potencializar tais discussões, inserindo essas temáticas na proposta curricular, assegurando os direitos dessas minorias que foram historicamente silenciados/as dos processos sociais.

É necessário que a escola, enquanto instituição formativa problematize suas práticas pedagógicas a partir de um currículo que privilegie a convivência com a diversidade. A educação contextualizada vem desenvolvendo um importante diálogo no sentido de dar voz aos sujeitos partindo do seu contexto, da sua realidade, das suas vivências. Lembrando a base dos princípios freirianos de emancipação dos sujeitos e que são bases do pensamento da educação contextualizada. Nessas pesquisas, explora-se a subjetividade libertadora fabricada por textos de Paulo Freire (CARDARELHO, 2000) *apud* (PARAÍSO, 2004, p.10). As pesquisas pós-críticas trazem como base também ensinamentos de Freire, entretanto, dialogam com outras categorias, sendo elas, de raça, classe, gênero, sexualidade, os avanços da sociedade colocaram tais questões em discussões, estão conectadas, perpassam entre si. Pensar além do que está posto e duvidar de como está posto, compreender o trânsito das identidades nesse processo social do Semiárido.

Partindo das minhas vivências enquanto docente de escolas públicas, foi notório a presença de alunos/as LGBTQIAP+, a vivência de situações de deslocamentos, constrangimentos, acolhimento, a tentativa de a partir da minha prática pedagógica conseguir dialogar com às questões de gênero e sexualidades presentes no espaço escolar, na tentativa em específico de garantir uma formação em respeito às diversidades, uma reflexão por parte da

comunidade escolar em estar atenta ao enfrentamento a todas formas de preconceito como machismo, homofobia, lesbofobia, transfobia.

O silenciamento dos corpos dentro desses espaços é evidente, as práticas pedagógicas não estão dando conta, na maioria das vezes não sabem lidar nem com os corpos, nem com as situações vivenciadas dentro do espaço escolar. Nesse sentido, suscitamos a seguinte questão de pesquisa: como as vivências de gênero de mulheres transexuais egressas do ensino médio de Senhor do Bonfim – Bahia, são compreendidas a partir de suas narrativas autobiográficas? A partir das vivências escolares e das narrativas dessas mulheres egressas, com o intuito de responder ao problema suscitado, o presente estudo tem como objetivo geral: compreender as vivências de gênero de mulheres transexuais egressas do ensino médio de Senhor do Bonfim – Bahia, a partir de suas narrativas (auto) biográficas. E para essa compreensão, traçamos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar mulheres transexuais egressas das escolas estaduais de Senhor do Bonfim - Bahia;
- Discorrer as vivências de gênero de mulheres transexuais egressas das escolas da rede pública de Senhor do Bonfim – Bahia;
- Analisar o trânsito de mulheres transexuais nas escolas estaduais do ensino médio de Senhor do Bonfim – Bahia.

### 1.1 O SER MULHER: DE QUAL LUGAR ESTOU FALANDO?

A partir da epígrafe citada no início do capítulo, iniciamos a reflexão sobre o que é ser mulher. Como citado na música, a receita cultural, ou seja, a cultura patriarcal tenta nos definir a todo momento, através dos relacionamentos, da família, das relações sociais, dos espaços frequentados e dos negados, o tempo todo estão nos dizendo como se comportar, vestir, relacionar, temos uma espécie de bula a ser seguida desde o momento do nosso nascimento, pelo simples fato de se nascer mulher, enquanto sexo biológico.

Pensar a mulher enquanto categoria social, por si só já nos remete a inúmeras indagações, mas, de fato, pensamos qual é esse lugar? Para Simone de Beauvoir (1949) “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Para Judith Butler (2015), mulher é uma categoria, sujeito político, a construção de um ser identitário, principalmente dentro do feminismo e com suas intersecções de sexualidade, raça, gênero, subjetividades. Através dessas reflexões

corroboramos que para além de nossas vivências enquanto mulher, é importante essa intersecção com a teoria, com os diferentes períodos da teoria também, uma vez que estamos passando por constantes mudanças e a elas acabamos por atribuir novos significados ao que é ser mulher.

Demonstrando, principalmente, a evolução, fluidez, o câmbio da sociedade. Beauvoir (1949), como uma das primeiras teóricas a pensar sobre a categoria mulher, na década de 1940, aborda o papel social construído sobre os sexos. Naquele momento discutia-se apenas a noção do binarismo feminino e masculino. Já Butler (2015), teórica contemporânea, aborda mulher como uma categoria social e cultural, nunca pronto, mas num processo de construção identitária, fluído, inacabado, subjetivo, evidenciando as interseccionalidades. Com ela temos a teoria *queer*, uma perspectiva pós crítica, os estudos avançam nesse sentido. Passamos a ser vistas numa outra perspectiva, não mais só dos sexos, mas de gênero, sexualidades, subjetividades, identidade. Essa concepção teórica que corroboro, onde minhas análises serão analisadas, esses estudos que fundamentam a presente pesquisa. A subjetividade desses sujeitos, no caso, as alunas trans.

A performance socialmente criada do ideal de corpo feminino, sendo esta, como a imagem criada socialmente sobre os corpos, sendo feminino ou masculino. Butler (2015) define o conceito de performatividade como o conjunto de normas, mas que paradoxalmente, possibilita a própria desestabilização das normas. Temos normas sociais sobre o que é adequado a cada corpo a partir do seu sexo. Cada corpo independente do seu sexo tem a sua performance, um mesmo corpo assume várias performances. A mulher, todavia, o corpo evidenciado aqui pode performar a sua maneira, assumindo as mais variadas características, tendo vagina ou pênis, sendo branca, preta, amarela; com seios ou sem; com cabelo ou careca; gorda ou magra e todas as suas pluralidades.

Outro termo que emergiu nessa discussão foi o termo gênero, se refere à maneira como cada pessoa reconhece sua corporeidade, seu gênero e orientação sexual independente do sexo biológico. O termo começou a ser utilizado no início da década de 1970 e por um grupo de estudiosas anglo-saxãs, o termo *gender*, traduzido para o português como gênero, (LOURO, FELIPE e GOELLNER, 2013). As autoras também ressaltam que aos poucos foi sendo incorporado as várias correntes feministas, ganhando espaço mais especificamente na terceira onda a partir dos estudos pós-estruturalistas.

A primeira onda do movimento feminista se deu em torno do movimento sufragista, e reivindicava o direito ao voto, porém acabou ganhando outras proporções como direito à educação, o exercício da docência, condições dignas de trabalho, vertentes mais políticas. A

segunda onda, ocorreu entre os anos 1960 e 1970, do século XX, no Brasil ela se associa ao período da ditadura militar e posteriormente aos movimentos dos anos 1980. Atingindo uma proporção maior, neste período também se iniciaram a produção de conhecimento, estudos, pesquisas, garantindo uma consolidação científica. Com um novo olhar sobre a invisibilidade política, subordinação social, o silenciamento de fato da figura feminina, o apagamento histórico. Aos poucos elas foram conquistando alguns direitos, como trabalhar nas escolas, hospitais, ainda muito ligado à assistência social. Também aos poucos inserindo a discussão sobre seus interesses e dificuldades.

Mais tarde diferentes perspectivas teóricas foram sendo incorporadas ao movimento como a psicanálise, a teorização marxista, produzindo paradigmas feministas como a teoria do patriarcado (LOURO, FELIPE e GOELLNER, 2013). É exatamente neste cenário que as feministas se viram instigadas a demonstrar as diferenças anatômicas, fisiológicas ou desvantagens econômicas não eram suficientes para justificar o silenciamento, apagamento, as diferenças de gênero.

A terceira onda traz o conceito de gênero mais consolidado, sendo agregado outros termos e discussões, as intersecções, como as questões ligadas à sexualidade, identidade de gênero, raça, etnia. Os estudos pós-críticos e pós-estruturalistas trouxeram também outras perspectivas, incluindo as subjetividades dos sujeitos, as relações de poder nos mais diferentes espaços sociais, inscrevia a noção de corpo e suas performatividades. Judith Butler uma das grandes pesquisadoras da terceira onda também firma as várias possibilidades de ser mulher.

O conceito de gênero também sofre ressignificação com as teorias pós estruturalistas. Ao problematizar, de forma concomitante, as noções de corpo, sexo e de sexualidade, introduziu importantes mudanças epistemológicas no campo dos estudos feministas (LOURO, FELIPE e GOELLNER, 2013). Diante de tantas questões introduzidas ao conceito de gênero, são inegáveis a contribuição e o avanço das discussões em torno da temática, sem dúvidas houve esse tensionamento, social, inclusive, corroborando com essa nova onda, permitindo uma maior pluralidade, corpos mais diversos e o mais importante, mesmo que de forma incipiente ainda, é notório visualizar corpos mais diversos reivindicando espaços.

Segundo Ribeiro (2019) o movimento feminista abdicou da sua estrutura universal e passou a levar em conta as outras intersecções como raça, orientação sexual, identidade de gênero mais fortemente na terceira onda do feminismo. Refletir sobre as várias formas de ser mulher, é pautar as intersecções do feminino, principalmente aquelas ligadas às identidades de gênero, trazer as mulheres trans como categoria de análise faz-se necessário diante do silenciamento estarrecedor para com as suas mortes, a transfobia, o não lugar dentro da

sociedade. Atendimento de emergência, ao SUS, a empregos, a retificação e uso desse nome, acesso à educação, são algumas das condições básicas entre tantas outras negadas/tiradas e que essa falta precisa ser evidenciada.

Djamila Ribeiro, em seu livro *Lugar de Fala* (2019) ressalta acerca de uma importante reflexão evidenciada por Grada Kilomba<sup>2</sup> sobre o que é ser o *Outro*. “Se para Simone de Beauvoir (1949), a mulher é o *Outro* por não ter reciprocidade do olhar do homem, para Grada Kilomba a mulher negra é o *Outro* do *Outro*, posição que a coloca num local de mais difícil reciprocidade (RIBEIRO, p. 37)”.

Partindo dessa reflexão de Djamila Ribeiro, suscitemos a seguinte pergunta, o que dizer da mulher trans? Primeiro a categoria de sexo foi abordada, logo depois a categoria de raça, agora é importante ressaltar mais uma categoria, a de identidade de gênero. Colocando a mulher trans como sendo a *Outra* do *Outro* dos/as *Outros/as*, a reciprocidade nesse caso ela não fica mais difícil, ela é inexistente, as mulheres trans ocupam um não lugar. Se não nomeia essa realidade, não serão pensadas melhorias, continuarão invisíveis. Precisamos falar sobre esse não lugar das mulheres trans na tentativa de garantir a permanência dessas mulheres nos mais diversos espaços.

As subjetivações identitárias de gênero das pessoas trans precisam serem discutidas, principalmente dentro do espaço escolar, pois é o local onde geralmente se inicia esse processo com mais intensidade, ainda na adolescência. A escola precisa dialogar com as diversidades, elas estão lá, intrínsecas. Novos lugares de fala precisam serem construídos. Homens negros tem o mesmo espaço de fala de homens brancos? Pessoas trans tem espaço de fala da mesma forma que pessoas cis? Existe o mesmo espaço? Mesma legitimidade? Ribeiro (2019) nos diz que a discussão sobre lugar de fala é estrutural, há um equívoco sobre o entendimento e acabam reduzindo o conceito às experiências individuais, em vez de refletirem sobre *locus* social. Ou seja, o lugar social ocupado por determinados grupos restringe oportunidades.

Seria preciso entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades e criam grupos em vez de pensar essas categorias como descritivas da identidade aplicada aos indivíduos (RIBEIRO, 2019, p. 60 e 61).

É preciso reconhecer a partir dessa percepção que as vivências de gênero, orientação sexual, identidade e suas subjetividades se dão de lugares diferentes, sendo necessário

---

<sup>2</sup> Escritora e professora do Departamento de Estudos de Gênero da Humboldt Universität, em Berlim.

reconhecer e validar essa pluralidade para o discurso não se tornar excludente. Cada um/a tem seu lugar de fala a partir da sua realidade, falando do seu *lócus* social e sem esquecer que muitos/as ainda precisam de legitimação, que as intersecções perpassam os sujeitos de forma singular e aqueles/as que possuem um lugar mais privilegiado socialmente utilize desse para tencionar/promover reflexões/discussões em torno das questões dos que ainda não conseguiram esse lugar ou estão nesse processo.

No que diz respeito às lutas das pessoas trans, qual o meu lugar de fala? Do meu lugar enquanto mulher, cis, negra, heterossexual, educadora, pesquisadora preciso reconhecer os meus privilégios em relação a mulheres trans, por exemplo. E me utilizar desse lugar para evidenciar as mulheres trans, tencionar discussões, intervir nas piadinhas, estudar sobre o assunto, levar informação, problematizar as práticas pedagógicas, os currículos, a comunidade escolar, ou seja, tencionando oportunidades das mais diferentes maneiras, nas várias performances assumidas, nos mais diferentes espaços.

Então, você do seu lugar de privilégio é fundamental visibilizar outras categorias, levar junto mesmo. Cortando a piada do/a amigo/a, familiares, conhecidos/as, nas vivências, discutindo sobre a importância do acesso de todos/as na sociedade, no uso dos pronomes adequados às pessoas trans, respeitando a união de pessoas do mesmo sexo, respeitando o axé do/a vizinho/a, enfim, a sua prática, suas atitudes vão contribuir para que tenhamos uma sociedade mais equânime.

Ser profissional da educação é o ponto crucial de motivação desse estudo, nas minhas vivências enquanto profissional nas escolas que atuei pude perceber a necessidade dessa discussão. Enquanto estudante, as questões de gênero e sexualidade se apresentaram logo no primeiro semestre do curso de Pedagogia. Em uma aula do componente curricular de Antropologia e Educação, as discussões na sala acabaram enveredando por essa temática, nem era algo específico, foi realmente o rumo daquela discussão. Corroborou com um momento vivenciado enquanto mãe, quando meu filho chegou com falas em casa sobre as cores que eram adequadas a meninos e meninas, estava vivenciando essa situação com a escola, naquela época na Educação Infantil. Desconstruir tais posicionamentos estava sendo algo bem delicado, essas questões já me chamavam atenção, entretanto ainda não nomeava, nem associava a toda a discussão teórica existente.

Naquele momento da aula foi uma associação muito rápida, desde então, as curiosidades sobre o tema tomaram outras proporções. No componente curricular Pesquisa e Prática Pedagógica I, também do primeiro semestre, tornou-se o tema do artigo: *A cultura de gênero e sua relação com a escola*, como resultado final do componente curricular, se deu justamente a

partir dessa vivência. Todavia, a primeira dificuldade foi encontrar material para essa pesquisa, os/as docentes do curso não sabiam quais teóricos/as indicar para o aprofundamento da temática. Na biblioteca do campus também não se encontrava exemplares sobre a temática. Uma das docentes me indicou, um aluno do curso que pesquisava sobre tais questões, hoje professor do departamento; foi quem conseguiu encaminhar esse aprofundamento teórico, fornecer material, livros pessoais inclusive, acabou tornando-se orientador desde aquele dia.

Fica evidente que na UNEB Campus VII, em 2013, ano que iniciei minha graduação no curso de Pedagogia, as discussões eram incipientes, apenas um aluno no campus pesquisava sobre o assunto e se tornou referência, nem os/as docentes conheciam de fato esses diálogos em torno das questões de gênero. A partir desse momento, todas as minhas pesquisas e artigos se deram dentro dessa temática, semestre após semestre, apenas os espaços foram sendo explorados, desenvolvi pesquisas sobre mulheres no mercado de trabalho, na tripla jornada sendo mãe, estudante e dona de cada; nos espaços não formais, nos estágios do curso, quando de fato adentrei o espaço escolar. As minhas vivências foram norteando minhas pesquisas dentro da graduação, sem deixar de lado o tema central, gênero e as sexualidades.

Ao adentrar o espaço escolar foi impossível não ter essa sensibilidade com os/as alunos/as que passavam pelo silenciamento nesses espaços, as práticas pedagógicas sempre iam de encontro, as questões sobre sexualidades foram evidenciadas, naquele momento. Somente na vivência enquanto docente, na escola que houve essa intersecção, até então se dava somente sobre as relações de gênero. As pesquisas foram acontecendo semestre após semestre, no final do curso o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC discutir sobre *Relações de Gênero, Sexualidade e Diversidade na Escola; só não vê quem não quer*. Publicado posteriormente como capítulo de livro. Nesse sentido, a temática da pós-graduação não seria diferente, o Mestrado tem como motivação toda uma trajetória que se iniciou na graduação, buscando esse aprofundamento teórico.

Algumas reflexões precisam ser suscitadas diante do que foi exposto acima, o Departamento de Educação do Campus VII não abarcava essa discussão no ano de 2013 até a conclusão do curso em 2017, era incipiente. Durante o percurso, se tratando dos componentes curriculares, nenhum abordou tal discussão a partir de sua ementa, quando houve foi provocada por enveredamentos na sala de aula. Somente ao final da formação, o Prof. Dr. Pedro Paulo Souza Rios já docente do departamento provoca esses diálogos. É evidente a ausência dessas discussões na formação docente. Nascimento e Rios (2020, p. 123) apontam dados após um levantamento dos TCC's defendidos sobre essa temática no Departamento, “apenas 08 (oito)

nos anos de 2010 a 2019”. Um número ainda insuficiente, diante da relevância dessas discussões para a formação docente.

Entretanto, desde 2021, algumas mudanças vêm acontecendo, justamente devido a essas pesquisas, às necessidades apontadas na estruturação dos cursos e na formação do/a profissional de pedagogia. O curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus VII reestruturou sua matriz curricular, agora tem um componente curricular, Direitos Humanos, Diversidades e Educação, abordando na sua ementa o respeito às diferenças de gênero, orientação sexual, étnicas, religiosas, geracional, dentre outros. Com isso, as novas turmas terão uma formação diferenciada, no sentido, de melhorar a qualidade desses/as profissionais, formando para ocuparem lugares através de um outro olhar.

Louro (2014) ressalta que as diferenças perpassam a escola constituindo os sujeitos que transitam por ela. Enquanto docente procurei dialogar com minha prática não só nas escolas, mas em todos os espaços com as questões ligadas às diversidades, sempre procurando levar para a sala de aula discussões e reflexões em torno da temática, ser acessível aos/as alunos/as que estavam nesse processo com sua subjetividade, esse é um ponto muito importante, fez/faz toda diferença. Tive vivências intensas, inclusive, de chegar até as famílias, participar de alguns encontros, ter minha casa solicitada pelos/as alunos/as caso fossem expulsos/as de casa pelos pais/mães/responsáveis.

Os estudos pós-críticos corroboram com as inquietações, questionamentos e problematizações daquilo que está posto, do currículo e da forma como as instituições vivenciam, o desconfiar/ questionar os currículos. Nos fazendo reavaliar enquanto docentes nossas práticas pedagógicas, planejamentos, avaliações ou até mesmo, encontrar-se com questionamentos já existentes. Paraíso (2004) diz que as pesquisas pós-críticas, são sensíveis aos problemas vivenciados pelos praticantes da educação, acredito, pelo fato de possibilitar esse encontro entre a teoria e os problemas vivenciados em nossas práticas, até então, sem respostas pelo enquadramento educacional, principalmente, enquanto instituição, fabricante desses sujeitos e em sua maioria de nós, docentes.

É preocupação dessas pesquisas expor o tipo de sujeito e de subjetividade que as diferentes práticas educativas formam, modificam, educam, fabricam, fixam, divulgam. Reunidas, essas pesquisas mostram que o sujeito (ou a subjetividade) é produzido, montado ou fabricado em diferentes práticas discursivas (tanto na escola como fora dela) que se combinam ou não para a regulação das nossas condutas (PARAÍSO, 2004, p.11).

Sem dúvida alguma minha aproximação com os estudos feministas e *queer*, que já vinham acontecendo desde o início da graduação, influenciaram para esse olhar sensível com as diversidades, salientando a importância de um fazer pedagógico tencionando essas práticas, os currículos definidos, as ementas, somente assim é possível uma formação mais equânime, possibilitando a construção de sujeitos mais críticos em torno das minorias, um novo olhar para aqueles/as presentes nesses espaços, resultando em uma formação mais humana, emancipadora, e precisa ser desde o ensino básico até o superior, na formação docente principalmente.

A discussão, problematização das questões de gênero e sexualidade trazem outro ponto muito importante, à multiplicidade da nossa sociedade está ligada diretamente com dados alarmantes de discriminação e de assassinatos decorrentes do machismo, sexismo, homofobia, transfobia, feminicídio. O artigo “Brasil registra um caso de feminicídio a cada 6 horas e meia” do Correio Braziliense, publicado em 2021, apresenta os seguintes dados: “Em meio ao isolamento social, o Brasil contabilizou 1.350 casos de feminicídio em 2020 - um a cada seis horas e meia, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O número é 0,7% maior comparado ao total de 2019”.

O Brasil é o país que mais mata travestis e transsexuais. Em 2021 “tivemos pelo menos 140 assassinatos de pessoas trans, sendo 135 travestis e mulheres transsexuais (ANTRA, 2022)”. A violência se dá das mais diversas formas, física, psicológica, sexual, moral. Compartilhamos vivências e também essas dores; o silenciamento, a negação, o não lugar é algo que precisa ser evidenciado. Uma mulher cis não sofrerá jamais as violências que uma mulher trans sofre, sem dúvidas, não existe comparativo. Nesse sentido, o presente estudo é justamente para garantir a efetivação dessas discussões.

O intuito é evidenciar os silenciamentos impostos a algumas categorias em detrimento de outra, tomada historicamente como a norma a ser obedecida. Além, de chamar atenção para que possamos tencionar novos imaginários sociais, as pessoas podendo ser quem são, amar quem quiserem, usar o banheiro que quiserem, ter um atendimento digno em qualquer espaço ou serviço de saúde, tendo acessos a empregos, escolas, universidades, cargos políticos. Vivendo e não apenas sobrevivendo.

Bento (2017, p.15) evidencia “corpos que embaralham as fronteiras entre o natural e o artificial, entre o real e o fictício e que denunciam, implícita ou explicitamente que as normas de gênero não conseguem um consenso absoluto na vida social”. E esses corpos precisam deixar as fronteiras, construir novas normas de gênero e a garantia de uma vida social estabelecida. Enquanto docente da rede pública em Senhor do Bonfim, foi possível presenciar algumas

questões nas escolas, como a dificuldade em discutir temas relacionados às diversidades no currículo, sempre algo muito pontual, nas “brechas” encontradas, e quando era possível, também houve resistência por parte de alguns alunos/as, questionando mesmo as temáticas, sendo necessário posturas e reflexões mais incisivas.

Corpos que embaralham as fronteiras, que denunciam às normas de gênero, então, os meninos afeminados sempre chamam mais atenção nas escolas, entre os/as colegas do que as meninas lésbicas. Em muitos momentos com o coletivo maior, em apresentações, o menino afeminado era recebido com risadinhas de alguns colegas, nos corredores, nas aulas ao expor sua opinião ou respondendo alguma atividade, muitos enfrentamentos foram necessários, mas ainda insuficientes. Mesmo enquanto docente, nos espaços em sala que conseguia ser mais incisiva, era algo momentâneo, ficava aquela sensação de que na formação pessoal, na construção daquele/a aluno/a nem sempre surtia efeito ou de fato o objetivo do respeito às diversidades era alcançado.

Nas situações com o coletivo maior, também deixava a mesma sensação, alguns/as colegas repreendiam, mas havia o mesmo sentimento. Como no currículo não se tinha de fato a efetivação dessas discussões para a formação dos/as alunos/as, cabia apenas para os/as docentes que eram mais sensíveis a tais discussões e acreditavam na importância de uma formação além do que a matriz curricular exigia.

Ainda outra questão era problematizada, alguns/as professores/as efetivos/as não consideravam em muitos momentos olhares de quem estava chegando agora na profissão, dos/as estagiários/as. Entendiam que por ter mais tempo de trabalho, experiência, era suficiente, entretanto, nem sempre é. Como colocado anteriormente, os cursos estão passando por reformulações, as turmas mais recentes podem ter acesso a discussões e reflexões teóricas diferentes, sendo possível uma outra construção de formação docente.

Nas vivências da docência muitos silenciamentos foram evidenciados, alguns com tentativas de amenizar, outros, sem tanto sucesso e a sensação de refletir sobre os currículos, do Ensino Básico, e também do Ensino Superior. No sentido de provocar essas discussões com professores/as do sistema de ensino e das instituições de ensino. Tentar levar um olhar mais sensível para quem vai receber a formação, no caso, alunos/as, seja desde o Ensino Básico até o Ensino Superior.

## 2 PERCURSSO METODOLÓGICO: POR ONDE CAMINHAR

A presente pesquisa enquanto trajetória metodológica, caminho a ser percorrido, indo ao encontro do objeto de estudo, caracteriza-se enquanto abordagem qualitativa por preocupar-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano (LAKATOS; MARCONI, 2004). É a abordagem qualitativa que permite a pesquisa analisar aspectos como as subjetividades, sentimentos, vivências, sendo possível compreender o sujeito de uma forma mais intrínseca.

A pesquisa tem como objeto de estudo as vivências de gênero de mulheres transexuais egressas do ensino médio de Senhor do Bonfim – Bahia, a partir das narrativas, desenvolvendo-se na perspectiva das teorias pós-críticas, dos estudos queer e método (auto)biográfico. As teorias pós-críticas vêm ganhando espaço a partir dos anos 1990, principalmente, no desenvolvimento das pesquisas educacionais. “Assim, como consequência de seus interesses, as pesquisas pós-críticas em educação no Brasil têm questionado o conhecimento (e seus efeitos de verdade e de poder), o sujeito (e os diferentes modos e processos de subjetivação” (PARAÍSO, 2004, p.5).

As discussões teóricas em torno desse novo paradigma, dessa nova possibilidade teórica que vinha surgindo começa de fato a ser evidenciada, nos estudos, nas práticas, nos diálogos, planejamentos, nos currículos. Uma pedagogia pautada na diversidade, sendo esta evidenciada a partir dos silenciamentos impostos historicamente a determinadas categorias, assegurando a essas o lugar de fala, aprender a partir da transgressão, como afirma hooks (2017). A autora reflete justamente sobre como o processo de transgressão vivenciado pelo sujeito pode ser pautada a sua aprendizagem, a partir da sua vivência de transgressão.

Os currículos passam a abarcar discussões, de raça, étnicas, religiosas, de poder, transgressão, diversidades, sexualidades, com o surgimento de novas demandas sociais. A partir desses estudos introdutórios de perspectivas pós-críticas em educação divulgadas no Brasil, existe uma espécie de contágio (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 23, *apud* (PARAÍSO, 2004, p.4). Uma nova perspectiva é pensada para a Pedagogia, para a Educação.

Usando uma linguagem que recebe influências da chamada “filosofia da diferença”, do pós-estruturalismo, do pós-modernismo, da teoria queer, dos estudos feministas e de gênero, dos estudos multiculturalistas, pós-colonialistas, étnicos, ecológicos etc., as teorias pós-críticas realizam, no campo educacional brasileiro, substituições, rupturas e mudanças de ênfases em relação às pesquisas críticas (PARAÍSO, 2004, p.2).

Algumas mudanças são evidenciadas nas práticas educacionais em relação às teorias críticas, colocando as diferenças, a transgressão, as subjetividades. Compreender o sujeito em sua integridade, o comportamento humano, principalmente, trazendo quem historicamente foi deixado à margem, categorias que antes não tinham acesso, passam a ser pensadas como protagonistas do processo educacional e evidenciando essas rupturas, mudanças, por entender que também compõem o processo educativo, formativo dos sujeitos.

Silva (1995) ressalta que as práticas educacionais questionam as relações entre currículo, identidade e poder. Novos diálogos são discutidos, juntamente com outros estudos que vão surgindo a partir das teorias pós-críticas, em resultado também dos movimentos sociais da década de 1980, acabaram contribuindo, ou talvez, sendo até disparador dessas questões, trazendo essas discussões não só no meio educacional, mas ampliando para outros campos sociais.

As teorias pós-críticas tencionam o cenário educacional brasileiro em relação as teorias críticas, mudando a ênfase. O sujeito, algo já visto nas teorias críticas, para além disso, as teorias pós-críticas trouxeram algo ainda mais intrínseco, como os processos de subjetivações, as vivências, as identidades, os discursos, as relações de poder, e conseqüentemente, escancarou as diferenças; estas que, perpassam a escola, os espaços de formação, representam a sociedade, a reproduzem.

Todavia, no que se refere a um novo paradigma educacional no Brasil, ainda está emergindo, de forma incipiente, mas é possível e perceptível notar rompimentos. A educação brasileira ainda está calcada na perspectiva crítica, como exemplo, os cursos de formação docente, como foi evidenciado anteriormente, há uma necessidade de reestruturação das matrizes curriculares desses cursos, está em processo de transição. Assim como também foi evidenciado no Ensino Básico, as instituições ainda precisam levar em consideração a importância de uma formação pautada nas teorias pós-críticas, tomando para dentro do processo formativo aspectos além dos conteúdos, considerando as subjetividades dos alunos/as da educação básica.

Outra questão a ser evidenciada com os estudos pós-críticos foi justamente a possibilidade de trazer para esses diálogos categorias até então silenciadas, ou não visibilizadas nas teorias críticas, como ressalta, Louro (2016) também começam a ser discutidas questões de gênero, etnia, raça, sexualidade, idade, geração. Entende-se que esses estudos embasaram o desenvolvimento de pesquisas que trabalham com as questões de gênero, sexualidade,

subjetividade, estudos negros, estudos culturais. Sem esquecer que tais questões buscam um modo investigativo e crítico que fuja das homogeneizações existentes, trabalhadas durante tanto tempo, permitindo um olhar mais singular e local. Nesse sentido, a aproximação com os estudos pós-críticos foi ao encontro da pesquisa sobre a transexualidade e subjetivações de gênero, possibilitando o desenvolvimento do objeto estudado, novas reflexões e diálogos.

Adentrando nos estudos *queer*, corroborando com os estudos pós-críticos, com o aprofundamento no estudo do sujeito, das subjetivações, das diferenças. O *queer* não está preocupado com a definição, fixidez ou estabilidade, mas é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação. Salih (2017, p. 19) define “*queer* como indistinguível, indefinível, instável. É um momento, um movimento, um motivo contínuo – recorrente, vertiginoso. A raiz latina da palavra significa *atravessado*”. A autora ainda afirma que a teoria *queer* surgiu da aliança, dos estudos, da intersecção das teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas.

Segundo Rios (2019, p.41) “No âmbito da educação, os estudos *queer* têm sido associados às teorias pós-críticas, uma vez que essas afirmam que o papel da educação e do currículo como estruturas de poder, tem sido o de excluir aqueles/as que se comportam de maneira diferente do padrão estabelecido”. O autor ainda chama atenção para a realização de pesquisas nessa área, fornecendo alternativas e elementos teóricos sobre novas políticas identitárias.

Nesse sentido, é imprescindível desconfiar do currículo, um movimento além do qual estamos acostumados/as, enquanto docentes, como nos diz, Louro (2018), um currículo *queer*. O termo *queer* significa estranho e vem justamente no sentido de oposição ao “normal”, à “normalização”. Seria um currículo mais crítico, no sentido de refletir e analisar o que está posto, como foi posto e o porquê. Principalmente questionar sobre ter acesso apenas a determinadas conteúdos e outros não, pensando na formação integral desses sujeitos, indo desde os conteúdos escolares até uma formação pessoal e humana.

E se tratando de um objeto que envolve as subjetivações e vivências de gênero, o método que irá possibilitar essa maior aproximação para o desenvolvimento da pesquisa e interação com os sujeitos são as narrativas (auto) biográficas. Enquanto método de pesquisa, as narrativas (auto) biográficas possibilitam melhor compreensão da realidade dos sujeitos, levando em consideração suas emoções a partir de sua história de vida. Ao contar uma história, o/a narrador/a está se construindo e construindo o mundo à sua volta (SOUZA, 2006). Uma maior interpretação e percepção de suas experiências. A escola estando intrinsecamente ligada aos processos formativos na sociedade, produzindo continuamente transformações e diversidades.

No campo das narrativas (auto) biográficas, enquanto método, pesquisadores/as como Nóvoa (2000), Josso (2006) e Souza (2006) entre outros, têm apresentado trabalhos significativos nessa área, que versam desde a constituição do educador reflexivo até a formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Entendemos, portanto, que a utilização desse método vislumbra colocar o sujeito na posição de protagonista de sua formação e do processo de investigação (SANTOS; GARMS, 2014). Dando visibilidade e lugar de fala aos sujeitos que são deixados à margem durante o processo formativo. Quanto aos instrumentos metodológicos para a coleta de dados propomos as entrevistas narrativas, que se configuram enquanto atividade formadora como processo de formação e de conhecimento (SOUZA, 2006).

As entrevistas narrativas como instrumento de coleta de dados, se caracterizam como ferramentas não estruturadas, visando profundidade, de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida. Esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado a contar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social. Neste processo são envolvidas as características para-linguísticas (tom da voz, pausas, mudanças na entonação, silêncio que pode ser transformado em narrativas não ouvidas, expressões entre outras), fundamentais para se entender o não dito, pois no processo de análise de narrativas explora-se não apenas o que é dito, mas também como é dito (CRESWELL, 2014).

As entrevistas narrativas corroboram com a investigação das subjetividades, aspectos esses tão intrínsecos aos sujeitos, as vivências, é o contar, narrar a própria vida e essa investigação se dá como possível através de instrumentos que consigam aproximar o/a pesquisador/a das histórias de vida dos/as participantes. O percurso metodológico traçado possibilitando colocar as entrevistadas como protagonistas desse processo, permitindo uma maior aproximação entre a pesquisadora e as entrevistadas.

Todavia, só vem a contribuir com o processo investigativo, enfatizando a importância dessa aproximação quando se trata de pesquisas com as subjetividades, corroborando para que os dados sejam coletados de uma forma mais precisa. Sendo possível perceber além das perguntas, havendo uma resignificação para quem conta, para quem ouve, todos os elementos para além da fala, como sentimentos, gestos, silêncios, pausas, entre outros que a coleta de dados revelará.

## 2.1. LÓCUS DE PESQUISA

A presente pesquisa teve como *lócus* a cidade de Senhor do Bonfim, Bahia, um município brasileiro localizado no centro norte da Bahia. Quanto ao campo de pesquisa, Arroyo (2011), “sinaliza que na contemporaneidade, os territórios de identidade se configuram em espaços de ressignificação e construção/reconstrução das identidades de gênero, sexual, classe, raça, etnia, campo, cidade, periferia”. As pesquisas pós críticas e estudos que vão tencionar de forma significativa a ressignificação desses territórios. Incluindo a instituição escolar como um território onde a partir desses estudos discussões ressaltam a necessidade dessa ressignificação.

A cidade de Senhor do Bonfim compõe um dos municípios do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, composto também por: Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu e Ponto Novo. Possui aproximadamente uma população de 81.330 mil habitantes de acordo com dados do IBGE. Conhecida regionalmente como a capital baiana do forró, as festas juninas têm uma tradição na cidade, além da guerra de espadas, concurso de quadrilhas, sanfoneiros, blocos juninos e muita alegria. Sendo esse período aguardado por toda população, garantindo não só uma animação, mas um fluxo de turistas e visitantes para o município.

Temos um Núcleo Territorial de Educação – NTE 25, com sede em Senhor do Bonfim, representando a Secretaria de Educação do Estado no território. Sendo responsável pelas escolas estaduais, o município de Senhor do Bonfim tem um total de 04 escolas públicas de Ensino Médio, 01 dessas possui ensino profissionalizante. A pesquisa teve seu ponto de partida nessas 04 instituições públicas de Ensino Médio, a delimitação se deu a partir de minhas vivências enquanto docente da rede municipal e estadual na cidade, entre os anos de 2014 a 2020, passando por todas as etapas de ensino, e por entender que esse período da adolescência é onde se dá de forma mais intensa as vivências de gênero e sexualidade, sendo assim, o Ensino Médio a etapa de ensino escolhida.

Nas minhas vivências foi notório o quanto os/as adolescentes estavam nesse processo com a sua identidade de gênero, com a sua sexualidade, então essa faixa etária é a crucial na formação identitária desses/as adolescentes. A pesquisa teve como ponto de partida 04 instituições escolares: Colégio Modelo Luiz Eduardo Magalhães, Colégio Estadual Teixeira de Freitas, Colégio Estadual Senhor do Bonfim e Centro Estadual de Educação Profissional Tancredo Neves. Elucidar algumas informações acerca das escolas faz-se necessário para possibilitar melhor compreensão da pesquisa e das vivências que serão apresentadas.

O Colégio Modelo Luiz Eduardo Magalhães, está localizado próximo a um dos bairros de classe média alta da cidade, funciona do Ensino Médio, o público em sua maioria é oriundo de escolas particulares da cidade, do perímetro urbano.

O Colégio Estadual Teixeira de Freitas, está localizado no centro da cidade, funciona o Ensino Médio e no período noturno Educação de Jovens e Adultos. O público em sua maioria é oriundo de bairros periféricos da cidade.

O Colégio Estadual Senhor do Bonfim, está localizado no centro da cidade, funciona o Ensino Médio e no período noturno o curso pré-vestibular Universidade Para Todos – UPT, o público em sua maioria é oriundo de bairros periféricos e perímetro rural.

O Centro Estadual de Educação Profissional Tancredo Neves – CEEP está localizado em bairro periférico no município de Senhor do Bonfim, funciona o Ensino Médio e Técnico Profissionalizante, no período noturno. O público em sua maioria é oriundo de bairros periféricos e perímetro rural.

Tais características das instituições são evidenciadas para compartilhar um pouco do imaginário social dessas instituições na cidade de Senhor do Bonfim. Dentre as instituições públicas do Ensino Médio, o Colégio Modelo, acaba sendo a escola de maior destaque devido ao fato dos/as alunos/as vindos de escolas particulares acabarem cursando em sua maioria na instituição, gerando um clima de elitização. As outras instituições acabam sendo para o público mais periférico e do perímetro rural, sim, esse clima é estabelecido entre as instituições e conseqüentemente entre os/as alunos/as. Sendo assim, influenciando também na sensibilidade e olhares para com as diferenças existentes.

O público mais periférico e rural, pode ter um outro acolhimento, justamente por vivenciar processos de exclusão social, acessos negados, são características a ser observadas no processo investigativo, no caminhar da pesquisa, assim como as curvas perpassadas e os desafios encontrados. É importante ressaltar nesse momento, que as instituições escolares foram pontos de partida do *lócus* dessa pesquisa e que devido as curvas encontradas no caminho tomou outros rumos que serão explicitados no tópico a seguir.

## 2.2 AS CURVAS NO CAMINHO: DESAFIOS ENCONTRADOS

Devido a Pandemia que enfrentávamos COVID 19<sup>3</sup>, igualmente ao mestrado toda a pesquisa teve que ser redesenhada, readaptada, outro percurso metodológico foi traçado diante o contexto pandêmico mundial. Em um primeiro momento houve um contato inicial com as instituições, um diálogo, uma sondagem para fazer um levantamento junto aos/as diretores/as

---

<sup>3</sup> Covid 19 é uma infecção respiratória causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2. A doença é potencialmente grave, altamente transmissível e espalhou-se por todo o mundo.

se havia alguma matrícula efetivada com nome social de gênero, também para apresentar a pesquisa, conhecer as escolas, o funcionamento, como estavam com as readaptações diante do contexto mundial.

As informações básicas sobre as matrículas com respaldo na legislação, no que diz na Resolução CEE nº 120, de 05 de novembro de 2013 que “dispõe sobre a inclusão do nome social dos/as estudantes travestis, transexuais e outros no tratamento, nos registros escolares e acadêmicos nas instituições de ensino que integram o Sistema de Ensino do Estado da Bahia e dá outras providências” (BAHIA, 2022). O estado da Bahia tem garantido como um direito a matrícula com nome social nas instituições estaduais de ensino.

Com essa primeira sondagem ficou constatado que nenhuma das instituições tinham matrículas com o nome social. Entretanto, nesse diálogo informal com os/as diretores/as algumas informações foram evidenciadas. Duas das instituições, no Centro Estadual de Educação Profissional Tancredo Neves – CEEP, segundo a diretora, tinha uma aluna trans cursando o ensino médio técnico, iniciou a transição no período escolar, antes da pandemia, mas com o retorno pós pandemia não retornou a frequentar as aulas. O Colégio Estadual Senhor do Bonfim, segundo o diretor, teve a presença de uma aluna trans na Educação de Jovens e Adultos – EJA, mas ela já tinha concluído.

A direção das duas escolas disse que socialmente na escola, nas aulas, nas chamadas, a pedido das alunas o nome social das/os alunas/os era utilizado. O Colégio Modelo Luiz Eduardo Magalhães apontou durante a conversa sobre a presença de alunos homossexuais e alunas lésbicas, sobre essa percepção no dia a dia da instituição. As quatro escolas disseram não ter nenhuma matrícula com o nome social, nessa primeira sondagem também houve o diálogo com as secretárias dessas escolas que é o setor responsável pelas matrículas e organização dessa documentação.

A partir dessa sondagem algumas questões foram evidenciadas, apesar de conhecer a garantia da resolução, nenhuma das escolas efetivou a matrícula com o nome social. É importante evidenciar a diferença entre nome social e nome retificado. O nome social a pessoa que se reconhece enquanto trans pode fazer a solicitação em qualquer órgão público ou privado, instituições, para ser chamada de acordo com o nome e pronome que se identifica. Já o nome retificado, é quando a alteração acontece perante a justiça, em cartório, nos documentos civis.

A aluna que não retornou após a pandemia, fica evidente, que houve uma evasão dessa aluna, por motivos que desconhecemos, a escola não conseguiu explicar sobre essa situação, somente que a jovem não retornou e que estava em período de transição. Entretanto, o não retorno ao ambiente escolar revela algumas indagações, em como estava esse ambiente? Qual

a forma que esse ambiente acolhia esse corpo em transição? Houve um acolhimento desse corpo? Tantas questões são suscitadas com esse não retorno. E a evidência de que o ambiente escolar não consegue lidar com as diversidades que o compõem.

Nessa sondagem foi também comunicado às instituições toda a questão burocrática que envolve a pesquisa, todos os termos legais que precisariam assinar e tomar conhecimento para que a pesquisa fosse desenvolvida. Além, de assegurar não só as instituições como também as possíveis participantes da pesquisa. Mesmo sendo uma conversa informal, iniciante, também ficou evidente que nem todas as instituições tiveram a mesma receptividade, o sentimento de ser vista como alguém que estava indo para bisbilhotar/ espionar, como se não fosse possível esse tipo de acesso às instituições públicas de ensino e desde o primeiro momento foi algo exposto sobre os trâmites legais que envolve o pesquisar.

Sem esquecer que são profissionais da educação que ocupam esses cargos, ou seja, colegas de profissão. Essa vivência é importante por suscitar algumas reflexões e questionamentos. Por qual motivo as instituições públicas ainda se fecham para pesquisas, sendo que essas visam contribuir com o fazer pedagógico, com provocar políticas públicas que planejam a educação, com a formação de professores, com o emergir de novas possibilidades de pensar a educação. De fato, essas resistências institucionais deixaram inquietações.

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética<sup>4</sup>, o retorno às instituições se deu já em um segundo momento para agora explicar mais sobre a pesquisa, conhecer a instituição, um diálogo mais direto com as secretarias e conversar com os/as responsáveis pela matrícula. Além de todos os termos que as instituições precisaram assinar e tomar conhecimento. Um contato mais intrínseco. Assim como já percebido na sondagem, agora com esse segundo momento ficou evidenciado que não tinham matrículas com nomes sociais nessas instituições.

Esse resultado foi obtido a partir de conversas realizadas com as secretárias das instituições, quem está responsável diretamente por esses documentos. Como esse momento foi de sondagem, os/as diretores/as responderam sobre não haver matrículas com nomes sociais de gênero e também me encaminharam para as secretarias das escolas para confirmar a informação. Esse contato também aconteceu, além dos/das diretores/as também houve conversas com as secretárias das escolas.

---

<sup>4</sup> O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP foi criado nos termos da resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos das pesquisas que, de uma forma ou de outra, envolvem seres humanos e as suas atribuições são de caráter consultivo, deliberativo e educativo.

As estratégias de coleta de dados nesse momento precisaram ser redirecionadas, outros caminhos precisaram ser traçados para o mapeamento, tendo em vista a sinalização do diretor e da diretora de duas das escolas no primeiro momento da sondagem sobre alunas trans que não estavam matriculadas com nome social. Então, a partir desse dado ficou evidente que poderiam ter outras alunas que estavam iniciando a transição, que tinham evadido da escola, o contato para com as alunas foi pensado de forma mais direta diante desse contexto. Retornei à escola em um terceiro momento para tentar a possibilidade do contato dessas alunas, até o momento seriam duas. O diretor do Colégio Estadual Senhor do Bonfim pediu para entrar em contato com ela previamente explicando sobre a pesquisa e se ela autorizaria repassar o contato.

A diretora do Centro Estadual de Educação Profissional Tancredo Neves – CEEP disse que infelizmente não tinha mais contato com a aluna. Até o momento só tinha o contato de uma possível participante, após alguns dias, o diretor do Colégio Estadual Senhor do Bonfim entrou em contato, falando que a possível participante tinha autorizado e me passou o contato dela. O contato individual aconteceu primeiro por meio do WhatsApp, ligação, apresentando a proposta da pesquisa, seu objetivo, e após aceito a participação da estudante, agendado as entrevistas de maneira presencial.

Após a sondagem das escolas, obtive o contato de 02 alunas trans, entretanto, sendo 01 da EJA. Ao entrar em contato com elas, houve o aceite por parte das duas. Além de me passarem o contato de mais uma aluna. Com toda a tramitação do Comitê de Ética, as entrevistas só podiam acontecer após aceitação do projeto e liberação para o desenvolvimento da pesquisa. As entrevistas estavam previstas para janeiro, somente 01 de fato aconteceu, sendo realizada no dia 13 de janeiro de 2022, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE foi apresentado e preenchido pela participante, foi acordado em como se daria a entrevista. A outra entrevista não aconteceu, pois, a possível participante precisou se mudar devido a um caso de doença familiar.

A pesquisa seguiu somente com uma entrevista devido a essa curva no caminho, a qualificação aconteceu com a realização de uma entrevista, em 04 de março de 2022, via plataforma Teams, online. Após as considerações da banca a pesquisa foi redirecionada, sendo indicado devido as dificuldades encontradas buscar ex-alunas do ensino médio. Devido ao fato de ter muitos/as amigos/as LGBTQIAP+ entrei em contato com alguns/as para saber se conheciam alguém, poderiam indicar e expliquei sobre o momento da pesquisa. Mais alguns nomes foram passados, o contato através do aplicativo Instagram com as meninas, todas com perfil aberto, já se identificavam como mulheres trans, deixei uma mensagem com algumas informações básicas sobre mim e a pesquisa, além do meu contato do WhatsApp.

Foram um total de três meninas, duas delas me retornaram, uma não aceitou participar da pesquisa, a outra ainda conversamos, ela aceitou ser participante da pesquisa, mas houveram desencontros e reagendamentos, ou seja, acabou não acontecendo a entrevista, foram dois meses tentando e ao final não obtive mais resposta. A terceira menina que não me respondeu, acabei a encontrando num barzinho na cidade, na fila do banheiro, sim, fui conversar com ela, falar sobre a pesquisa, ela disse não ter visto minha mensagem.

Essa fluidez em pesquisas com pessoas LGBTQIAP+ é evidenciar o tamanho da marginalização ao qual vivenciam, de tal forma que o desconfiar está intrínseco, que na fila do banheiro do barzinho é a nossa maior possibilidade de passar um pouco dessa confiança sobre uma pesquisa que irá compartilhar suas vidas. O contato através de pessoas conhecidas que são LGBTQIAP+ garantem uma maior segurança entre eles/as, não passaram o contato de alguém sem sensibilidade para tais questões, inclusive de segurança da própria vida. São reflexões que perpassam as pesquisas dissidentes.

De fato, ela é uma blogueira da cidade, peguei o contato dela, houve o aceite da entrevista, entrei em contato com ela através do WhatsApp alguns dias depois, mantivermos contato, mas infelizmente a entrevista também não aconteceu. Muitos desencontros, remarcações e ao final mais nenhuma resposta. Acontecimento frustrante para um/a pesquisador/a, mas como já mencionado, a confiança de colocar sua vida para alguém diante de tantos silenciamentos e negações, é sem dúvidas, um processo, um percurso, que muitas vezes pode ser findado numa curva. Esse momento foi assim, a possível participante, pode a qualquer momento não se sentir mais segura com a pesquisa, imaginemos esse um dos motivos e pode desistir, faz parte do continuar se protegendo, sobrevivendo.

Pessoalmente tenho duas amigas, uma mulher trans e outra travesti, entrei em contato, mas somente uma delas aceitou ser participante da pesquisa. Na região tem uma blogueira trans no distrito de Quicé, o contato aconteceu inicialmente por mensagem no Instagram, mas não obtive resposta, me desloquei até o distrito para tentar contato com ela. Deu muito certo, conversamos, ela já aceitou de primeiro ser participante da pesquisa, conversamos, a entrevista foi realizada nesse mesmo momento, e ainda, após pedir mais indicações ela já me levou até uma amiga dela e houve a realização de mais uma entrevista. A amiga também aceitou participar da pesquisa. Senhor do Bonfim não é uma cidade tão grande e também ficou evidente que elas se conhecem, conversam entre si, de fato uma rede. A população LGBTQIAP+ se reconhece, se localiza, isso foi algo muito evidente na fala.

Levando em consideração nosso contexto pandêmico COVID 19, nos encontramos em uma pandemia mundial, algumas adaptações precisaram ser feitas na metodologia da pesquisa,

todos os protocolos de segurança, como o uso de máscaras, o distanciamento, uso de álcool gel, face shield, já nos encontramos com a vacinação em andamento, na cidade está bem avançada, os protocolos cumpridos segundo as indicações do Ministério da Saúde possibilitando a entrevista presencial de forma segura. As duas últimas entrevistas já aconteceram de forma mais tranquila devido a população já está com a terceira dose.

A pesquisa tomou caminhos não esperados, foi necessário um redirecionamento, principalmente após a qualificação. De nove possíveis participantes da pesquisa, só foram realizadas quatro entrevistas. Estava previsto as narrativas de alunas trans, mas essas alunas não foram encontradas nas instituições, ou a partir das instituições, não havia registrado nenhuma matrícula com nome social. Devido ao COVID 19, as aulas estavam suspensas, depois de forma remota e as observações não aconteceram. As quatro participantes da pesquisa, são ex alunas dessas instituições, uma delas afastou-se recentemente da escola, antes da pandemia. Esse redirecionamento para as ex alunas foi indicado na qualificação dessa pesquisa, tendo em vista os caminhos não esperados do pesquisar.

A primeira entrevistada, realizada em 13 de janeiro de 2022. A segunda e terceira entrevista, realizadas em 13 de abril de 2022. A quarta entrevista, realizada em 18 de abril de 2022, aconteceu por aplicativo WhatsApp, a entrevistada reside em Feira de Santana. As três primeiras entrevistas aconteceram presencialmente. Todas as entrevistadas optaram por serem identificadas pelo nome, não aceitaram pseudônimo. Duas delas possuem nome social e duas nomes retificado.

Essa identificação de pessoas LGBTQIAP+ e a não utilização de pseudônimos é utilizada justamente para dar visibilidade, como forma de resistência e de serem vistas, demarcarem suas histórias de vida, de luta, de sobrevivência.

### 2.3 NARRADORAS: QUEM SÃO?

A narrativa é o viver humano, no sentido que, “não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa” (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2002). As narrativas são as vivências, tudo que perpassa o viver humano, desde o início da humanidade temos narrativas que nos são contados e chegaram até os dias atuais. É através delas que conhecemos a história da humanidade, então, faz-se necessário entender as histórias de vida, as experiências de vida, como narrativas.

Essa sistematização em torno das narrativas só será feita mais tarde, na década de 1980 mais ou menos, é nessa época que as narrativas adentram os fenômenos sociais e é percebida

como um importante instrumento de investigação desses fenômenos. Adentrando também em outras áreas como Psicologia, Educação, Enfermagem. Entendendo as histórias de vida como intrínsecas ao social.

Por esta razão, sabe-se, desde o início, trabalhando antes com emoções e intuições do que com dados exatos e acabados; com subjetividades, portanto, antes do que com o objetivo. Nesta tradição de pesquisa, o pesquisador não pretende estabelecer generalizações estatísticas, mas, sim, compreender o fenômeno em estudo, o que lhe pode até permitir uma generalização analítica (ABRAHÃO, 2003, p.2).

Ter a narrativa enquanto instrumento de investigação é ter acesso as subjetividades dos/as participantes da pesquisa. Neste caso, a partir daqui irei tratar apenas das participantes da pesquisa, das narradoras por ter como participantes desta, mulheres trans. Pesquisar a partir das subjetividades é adentrar o íntimo da narradora compreendendo inclusive algumas vivências geradoras de traumas, emoções, e que muitas vezes querem ser esquecidas, ou foram devido ao tamanho da dor causada, da violência vivenciada.

Nesse sentido, enquanto pesquisadora, mulher cis, já é possível compartilhar algumas das violências sociais que só nós, mulheres trans e cis, sabemos, vivenciamos. Então, investigar mulheres trans, um público extremamente mais sensível, mais violentado, à margem, evidenciando essas questões para dizer que em algum momento as violências são perpassadas enquanto categoria mulher e há uma dificuldade maior, ou talvez, até uma maior sensibilização em torno dessas narrativas.

Sendo imprescindível trabalhar com as emoções, subjetividades, antes do que com o objetivo, aqui consiste o método (auto) biográfico, em algum momento, essas histórias de vida se entrecruzam, enquanto vivências femininas, são perpassadas, tendo em vista a compreensão do fenômeno estudado. O ato de narrar possibilita uma ressignificação de quem narra para muitas das vivências compartilhadas, mas a pesquisadora ao escutar a narrativa também ressignifica muitas vivências, as subjetividades são construídas e reconstruídas no processo investigativo. Enquanto narradoras da pesquisa, Paloma, Dafhyne, Kétlen e Denyse.

Conheci Paloma no processo investigativo, digo isso, devido ao fato de não possuir nenhum tipo de contato com ela antes da pesquisa. Paloma é uma adolescente de 19 anos, reside no perímetro rural de Senhor do Bonfim, na comunidade de Passagem Velha. Ela tem Ensino Médio incompleto, não finalizou, parou de frequentar a escola antes da pandemia, estava no segundo ano do Ensino Médio. Dito isso, é importante ressaltar que através da narrativa foi

evidenciado que Paloma foi aluna do Centro Estadual de Educação Profissional Tancredo Neves – CEEP. Está vivenciando a transição de sua identidade de gênero, está em processo de terapia hormonal há dois anos e identifica-se como uma mulher trans.

Dafhyne já acompanhava nas redes sociais, mas nosso contato se deu apenas no dia que fui ao seu encontro. Dafhyne tem 27 anos, reside em Quicé, distrito de Senhor do Bonfim. É formada em Licenciatura em Educação Física, não atua na área, atualmente é digital influencer da região, possui 39 mil seguidores no Instagram, no momento é a sua fonte de renda. Sua transição de gênero aconteceu há seis anos, sua transição foi dos 19 aos 21. Na sua formação básica ela estudou no Colégio Modelo Luiz Eduardo Magalhães e no anexo em Quicé do Centro Estadual de Educação Profissional Tancredo Neves – CEEP. Dafhyne identifica-se como uma mulher trans.

Kétlen, a conheci no dia da entrevista, amiga de Dafhyne, é uma mulher de 39 anos, reside em Quicé, distrito de Senhor do Bonfim, concluiu o ensino médio no Colégio Estadual Senhor do Bonfim, também estudou no Colégio Estadual Teixeira de Freitas. Trabalhou no programa TOPA – Programa Todos Pela Alfabetização em Quicé, programa do Governo da Bahia. Atualmente encontra-se desempregada e realizou sua transição há oito anos. Kétlen identifica-se como uma mulher trans.

Denyse é uma mulher de 31 anos, reside atualmente em Feira de Santana, mas é de Senhor do Bonfim, mudou-se recentemente devido a aprovação no Mestrado na Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, vivenciou toda sua formação em Senhor do Bonfim, no ensino básico passou pelo Colégio Estadual Teixeira de Freitas, no ensino superior pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus VII. Estudamos juntas na graduação, enquanto colega de sala no curso de Licenciatura em Pedagogia. Atualmente é bolsista e está mestranda. Identifica-se como uma mulher travesti preta.

### 3 NARRANDO AS VIVÊNCIAS: “VOCÊ ESTÁ FALANDO COM ELAS”

Início esse tópico evidenciando nele a fala de uma das entrevistadas, (DENYSE, 2022) “você está falando com elas”, essa fala marcou a entrevista, e enquanto pesquisadora me fez sentir a importância do método (auto) biográfico, o colocar a utilização desse método vislumbra colocar o sujeito na posição de protagonista de sua formação e do processo de investigação (SANTOS; GARMS, 2014). Falar com as mulheres trans e não sobre as mulheres trans, é garantir as vozes delas. A partir dessa fala partiremos para reflexões em torno de alguns conceitos.

A busca pela consolidação dos direitos humanos ainda é algo constante na sociedade, desde a Constituição Brasileira de 1988 tenta-se uma efetivação. De fato, somos uma sociedade que desconhece em termos legislativos, o que temos enquanto garantia de direitos, culturalmente falando, apesar do acesso hoje em dia ser algo mais facilitado, através dos meios de comunicação como TV, livros, internet, enquanto sujeitos constituintes dessa sociedade ainda precisamos garantir o aprofundamento nesse conhecimento. Todavia, já que adentraremos em discussões acerca das vivências de gênero e diversidades, partiremos desse lugar de pessoa integrante da sociedade e sobre o que diz a Constituição Brasileira em torno dessas questões.

É pertinente destacar alguns artigos que trazem e asseguram os direitos básicos enquanto cidadãos/as, na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Constituição Federal Brasileira, dois artigos se destacam. Em primeiro lugar, o caput do artigo 5º da Constituição dispõe: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Segundo o artigo 5º fica evidente que perante a lei todos/as são iguais, sem distinção de qualquer natureza, seja ela de sexo, raça, gênero, religião, ou seja, todos os sujeitos e suas diversidades. Além da garantia do direito à vida, liberdade e segurança.

Em segundo lugar, o caput do artigo 6º da Constituição determina: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988). Nota-se neste artigo todos os direitos sociais básicos para qualquer pessoa, qualquer cidadão/ã presente na sociedade, e que o Estado tem o dever de garantir sem distinção de qualquer natureza.

Entretanto, a efetivação de políticas públicas que garantem de fato à aplicação do que consta na Constituição Federal Brasileira é algo ainda precário, a não garantia desses direitos

para com a população ainda é muito comum, aquele velho clichê, na prática a teoria é outra. Sem esquecer de todo processo social vivenciado para conquistar o mínimo, principalmente se tratando daqueles/as que fogem à norma da sociedade; que vão de encontro ao padrão branco, masculino, heterossexual e cristão. (LOURO, 2018, p. 16) ressalta, “no dizer de Butler, o sujeito se verá obrigado a obedecer às normas que regulam sua cultura”.

Em termos culturais temos muito a evoluir, ou melhor, desconstruir, evoluir, fazer novas construções. Toda essa formação social que nos é imposta antes mesmo ao nascimento, ao descobrir o sexo do bebê, antes dessa descoberta, já há todo um imaginário do que é destinado ao bebê a partir do seu sexo. É uma construção social, sim, somos forjadas/os ao longo da nossa vida por tudo o que nos rodeia desde o momento que nascemos e estamos em constante formação, seres inacabados. O que chamaremos de identidade, para Hall (2003, p. 38):

A identidade é realmente algo formado, ao longo de tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. [...] em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento.

Cada identidade é única, cada sujeito possui a sua, ela vai sendo construída por toda a vida e a partir da realidade e vivência de cada um/a. Para além da nossa identidade que é constituída através da nossa interação com o mundo e se encontra em processamento durante toda a vida, temos a subjetividade, este é o produto da identidade. Segundo Rios (2019, p.25), “falar de subjetividade não é falar acerca de uma essência ou uma realidade acabada em si. Subjetividade é o processo de subjetivação, por meio do qual o sujeito se apresenta como resultado da confluência de elementos de subjetivação de caráter coletivo”.

Exatamente sobre esse processo de subjetivação dos sujeitos que o presente estudo irá analisar, e em como esses elementos de caráter coletivo estão contribuindo ou não, nesse processo de formação das identidades, a partir das suas subjetivações, Scott (1995) vem chamar de identidades subjetivas. (RIOS, 2019, p.25) apud (DELEUZE; GUATARRI, 2010), nos traz uma importante reflexão, dizendo que:

A subjetividade, nesse sentido, deve ser compreendida enquanto produto histórico-social, decorrente da atividade prática natural e/ou social do mundo, como sendo um vir a ser subjetivo, por meio do qual o sujeito, ao se defrontar com distintos dispositivos de subjetivação ingressa numa dinâmica de entrelaçamento interno-externo.

Diante desse processo de formação do sujeito e daquilo que nos constitui no entrelaçamento interno-externo as questões de gênero e diversidades estão intrinsicamente ligadas, ou seja, são constituintes dos sujeitos, constroem sua identidade, conseqüentemente suas subjetivações; e essas, condicionadas às normas que regulamentam a sociedade, um produto histórico-social. A partir do que foi abordado sobre identidade e subjetividade, mais algumas questões precisam ser desmistificadas.

Se você é uma pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi imposto ao nascer, ou seja, se você é do sexo feminino e se identifica como mulher, você é uma pessoa cis. Mas se você não se identifica com o gênero que lhe foi imposto ao nascer, é do sexo masculino e se identifica como mulher, você é uma pessoa trans. É sobre autoidentificação, a genitália não define gênero. Butler (2015) evidencia que gênero não seria um substantivo, uma essência intacta, mas efeitos de práticas e discursos, uma “performance repetida”.

Pessoas trans podem ter várias identidades como: homens trans, mulheres trans, travesti e pessoa não binária. Todavia, em relação a sua orientação sexual, “o/a transexual pode ser heterossexual, homossexual ou bissexual, isto não abala o sentimento de não pertencimento ao gênero que seu sexo o/a posiciona” (BENTO, 2017, p.27). Uma desmistificação necessária, a compreensão de que a identidade não determina a orientação sexual, a etnia, a religião, a classe. Socialmente ainda é muito comum essa associação, confusão em relação às identidades em detrimento do órgão sexual. Após algumas reflexões epistêmicas em torno de conceitos, partiremos para pensar algo que foi evidenciado nas narrativas dessas mulheres trans, suas infâncias.

### 3.1 “EU SEMPRE PREFERIA BRINCAR COM AS MENINAS” INFÂNCIAS PRODUZIDAS

As discussões sobre infância e sexualidade sempre causam desconfortos sociais, a moral instaurada vê quase que como uma aberração, reduzem as questões de gênero e sexualidade ao ato sexual. As identidades de gênero estão presentes na infância, é notório perceber em muitos relatos diversos momentos, situações que marcaram, silenciaram pessoas LGBTQIAP+ durante a sua infância.

Eu sempre preferia brincar com as meninas, com minhas primas, foi na época do grupo É o tchan estourou né, aí eu lembro que minha mãe falava que eu queria ser o Jacaré, mas aí eu sempre colocava uma toalha na cabeça e falava que não, que queria ser as dançarinas, as bailarinas.

Toda vez que eu falava isso era uma surra, e na verdade eu nem entendia o motivo de tá apanhando, só sempre o que me falavam é que era errado eu querer ser as dançarinas, que eu tinha que ser o dançarino, já não era certo eu tá dançando, então eu tinha que ser os dançarinos e era algo assim que ficava muito vago na minha cabeça, sem entender (DENYSE, 2022).

Denyse quando criança não entendia o motivo do apanhar, das surras, as crianças não compreendem os padrões dos adultos, o que é adequado para cada sexo, é evidente a partir da fala. O preferir coisas tidas como de meninas, brincadeiras com o que ela se sentia melhor, gostava mais, se identificava. O que acontece muito na sociedade, os adultos acharem que determinando, ou só a criança brincando com coisas que vão de encontro ao seu sexo culturalmente, irá definir a sua orientação sexual, identidade, relacionamentos.

É tanto que mesmo sendo silenciada durante sua infância, Denyse hoje se identifica enquanto mulher trans. Todo esse poder ou ditar o que é adequado a cada sexo vai tornar mais difícil e traumatizante. Tudo isso só evidencia o quanto nossa cultura é tão excludente, o reprimir justamente para não dar possibilidades, não ter um filho ou filha LBTQIAP+, evidencia o preconceito e o reproduzem às crianças.

Eu sempre me via uma mulher, eu sempre andava com as camisas na cabeça para dizer que era meu cabelão, eu sempre brincava com as meninas, eu sempre gostei de maquiagem, sempre gostei de bonecas, eu sempre gostei de brincadeiras de meninas (DAFHYNE, 2022).

Dafhyne também se identificava com as brincadeiras de meninas ou que eram adequadas apenas para meninas. As narrativas evidenciam o silenciamento vivenciado por Denyse e Dafhyne durante a infância, onde muitas vezes acabavam sofrendo violência por parte da família devido aos seus comportamentos tidos como afeminados ou diferentes do que culturalmente é esperado para uma criança do sexo masculino.

Levando em consideração as ações da família, hoje com o avanço em torno dos direitos das crianças se configuraria como uma agressão, cultura esta que estamos também tentando enfrentar, a de que a criança precisa apanhar, tomar surras seja por quaisquer coisas, o silenciamento infantil através do apanhar.

Outro ponto a ser exposto através das falas é que hoje já temos algumas discussões no que diz respeito a crianças trans, algo ainda muito tímido, mas já existem alguns casos ganhando visibilidade. A importância da família o quanto antes compreender a criança para está possibilitando uma infância segura, ao menos dentro do ambiente familiar. A escola enquanto

instituição base na construção e garantia dessa infância, são discussões extremamente necessárias e intrínsecas a infância.

Dafhyne (2022) aponta que até os dias atuais ainda têm problemas com a família e que a relação possui algumas tensões “eu sofro muito isso com minha família, minha família não me abraça, minha família não me apoia, minha família não me acolhe”. Sendo a família a primeira instituição responsável pelas crianças e na garantia de um crescimento seguro, muitas dessas questões são levadas até a vida adulta, e que podem deixar angústias, incompreensão, não aceitação. Muitas vezes sendo expulsas do seio familiar na adolescência, sofrendo repressão e violências desde a infância, enquanto adulto acabar vivenciando situações de vulnerabilidades. Refletir sobre infâncias trans é acima de tudo questionar a garantia de direito sobre uma infância segura e conseqüentemente uma vida adulta com menos violências e silenciamentos.

Todas as diferenças são inscritas durante o nosso crescimento, conseqüentemente, nos moldando ao que é ou não adequado, “normal”, “bonito”, “aceitável”. A criança deixa de viver a fase da experimentação, ser livre, ela vai sendo construída de acordo com o gênero adequado, a sexualidade aceitável, os comportamentos tolerados.

Se assumirmos que a criança que “experimenta” e é “livre” para “descobrir” precisa ser lida enquanto trans, reconheceremos que o jogo da masculinidade e feminilidade tem se dado através de um limitado vocabulário, pois bem, crianças cis também experimentam, são livres e descobrem coisas ao longo da infância (FAVERO, 2020, p.23).

Nesse sentido, a inserção da discussão sobre as questões de gênero e sexualidades é justamente com o intuito de formar crianças “livres”, para que elas possam experimentar o ser criança, independente da masculinidade ou feminilidade, sendo cis ou trans, apenas vivenciarem a infância. Somente dessa forma será possível quem sabe a construção de um imaginário social, com crianças que não sofram, por serem quem são, ou apresentarem dissidências, o ser diferente, sem serem reprimidas ou silenciadas.

Paloma nos diz “[...] desde que eu me conheço assim como gente, eu já tinha meu comportamento. Chorava quando ia cortar cabelo, quando meu pai cortava minha unha, eu chorava... era assim [...]”. A partir da fala de Paloma também fica evidente os silenciamentos vivenciados na sua infância, nossas crianças estão destinadas a comportamentos da masculinidade e feminilidade, tudo que vai de encontro a isso vai reverberar muitas vezes em silenciamentos, violências por parte da família na tentativa de encaixar, reproduzir esses padrões.

A criança é um presente. O presente que ela anuncia é um presente no qual nós adultos não fazemos parte e desconhecemos, pois é um presente em infância, como criança, um tempo que não somos/temos mais... Mas ela é também um presente do qual nós fazemos parte, nós vivemos como adultos (onde cada um de nós é atravessado por outros tempos) um mesmo presente que a criança... Mas também, a criança é um passado, pois ao nascer já se inscrevem nela muitas coisas, a história de um gênero, de uma sexualidade. Inscreve e é inscrita, na medida em que nossas práticas constituem crianças de determinadas maneiras, ao mesmo tempo que as crianças se subjetivam, como uma força sobre si própria, que as e se constituem (ABRAMOWICZ, 2011, p. 20 apud RODRIGUES, 2018, p.65).

A heteronormatividade<sup>5</sup> é muito bem marcada sobre os corpos, então socialmente, no seio familiar, nas relações desde o nascimento e até mesmo antes de nascer, já são inscritas. As crianças afeminadas mesmo diante de tantos silenciamentos ainda conseguem a partir dessa força de si própria (r) existir e as narrativas de Denyse, Dafhyne e Paloma evidenciaram muito isso, o silenciamento na infância, o quanto isso marcou, o quanto deixou marcas que foram trazidas para vida adulta.

Pensar infâncias afeminadas, considerar que existem, é assegurar a infância, mas acima de tudo é compreender a liberdade do ser criança. Louro (2018, p. 77) ressalta “o formato dos olhos, do nariz ou da boca; a presença da vagina ou do pênis; o tamanho das mãos... são, sempre, significados culturalmente e é assim que se tornam ou não marcas de raça, de gênero, de etnia, até mesmo de classe e de nacionalidade”.

Louro traz questões em sua maioria despercebidas para a sociedade, em sua maioria comentários apenas, sobre o querer ficar mais bonitas/os, e não nos damos conta de que se trata mais uma vez de uma cultura heteronormativa. Será que não somos capazes de conviver com as diferenças? Sempre teremos essa busca incessante de melhorar algo? Nesse sentido, a sensibilidade de perceber a reprodução de alguns paradigmas é crucial, cabe a nós profissionais, ativistas e pesquisadoras/es estarmos atentas/os às armadilhas dessa reprodução, especialmente quando tratando-se da defesa a esses paradigmas (FAVERO, 2020).

O cuidado e atenção a infância, nos cabe, principalmente, questionar a sociedade, a cultura, as produções, instituições, o ensino, a partir das violências que são e podem ser produzidas, violências subjetivas, dos corpos, de comportamento. Elucidar narrativas *trans*subjetivas no espaço escolar, refletindo as vivências de gênero.

---

<sup>5</sup> É aquilo que a sociedade impõe ao que é adequado a cada gênero.

### 3.2 “DESDE A PRIMEIRA SÉRIE EU JÁ TINHA MINHA CABECINHA FORMADA” AS TRANSUBJETIVIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR

Todas essas questões relacionadas ao interno dos sujeitos, ao processo de formação das identidades, as suas subjetivações ganharam espaço nos últimos anos, no meio educacional os estudos pós-críticos evidenciaram uma nova forma da pedagogia, com contribuições dos estudos pós-estruturalistas e pós-identitários, tais discussões adentraram à academia, principalmente como objeto de estudo. Sendo o sujeito e seus processos de subjetivações centro dessas discussões e diálogos, questionando o currículo, suas relações de poder, normas, diferenças tão silenciadas no espaço escolar.

Então, na minha trajetória infantil, desde primeira série por aí, já tinha minha cabecinha formada, era querer brincar de boneca, querer andar só com meninas e aí isso mexia muito com os meninos né, pra querer me ofender ali, me chamavam de menininha, de viadinho, mas foram coisas que nunca me afetaram. Mas no infantil foi mais complicado, mas por questão também de ser tudo criança, não ter mentalidade boa, não ter uma educação familiar, aí eu passei por essas coisas, mas hoje em dia é tranquilo pra mim (PALOMA, 2022).

Os espaços escolares são marcados por questões como as apresentadas por Paloma, ao iniciar a vida escolar as crianças começam o processo de adequação para o esperado de acordo com o sexo, a binaridade social imposta. Vale ressaltar, a minha situação enquanto mãe vivenciada por parte da escola, citada anteriormente, sobre a imposição das cores adequadas não só ao meu filho, mas as crianças, de acordo com o sexo.

Enquanto docente, no período de atuação na Educação Infantil pude perceber o quanto o espaço escolar reforça essas diferenças. Por mais que a minha prática fosse de encontro a esses padrões encontrei resistência por parte das crianças; em determinada situação a colega apontou o coleguinha por estar brincando de casinha, dizendo que era uma brincadeira de menina. Enquanto docente, a vivência deixou um sentimento de perceber o quanto nossas crianças internalizam, reproduzem os jogos de feminilidade e masculinidade (Favero, 2020). Que a família é a primeira instituição a construir esses jogos, estereótipos, mesmo em alguns casos a escola possibilitando uma vivência que vá de encontro, são realidades, dificuldades percebidas.

Então, a sociedade reforça a todo momento os estereótipos para cada sexo, não é uma tarefa fácil desconstruir mesmo que aos pouquinhos, mas é extremamente necessário. Enquanto profissional da educação rever o que nos é imposto. As crianças que fogem desses padrões, que apresentam características diferentes das demais, são colocadas na fronteira, sofrem situações como a de Paloma, são chamadas de menininha, viadinho. Silva (1999) ressalta justamente a relação de poder presente no currículo. O currículo ao qual conhecemos exerce essa relação de poder, ele foi construído para regular corpos, moldar, os padrões heteronormativos. Denyse afirma:

Olha, algumas por parte de colegas, mas eu lembro de algumas que surgiram também de professores né, principalmente nas aulas de Educação Física. Então, a aula de Educação Física, por exemplo, era uma das aulas que eu tinha resistência para participar. Por ser sempre, uma aula que ou era vôlei para as meninas, eu lembro que era nessa estrutura, vôlei para as meninas, futebol para os meninos, futebol e futsal para os meninos, futsal os meninos e as meninas ou era vôlei. Geralmente, os meninos iam pra quadra, desciam pra quadra para ter o jogo de futebol até porque o colégio tinha cultura de ter interclasse, participava dos jogos escolares e nessa época era predominante apenas a presença dos meninos, as meninas participavam do vôlei. Tinha o vôlei dos meninos também, mas era muito pouco, a aderência então, ficava mais as meninas no vôlei e algumas outras meninas ficavam com outros tipos de brincadeira, né... como pular corda, como amarelinha, mas os meninos sempre se reuniam lá embaixo, então, nesse primeiro ciclo do Fundamental II, que foi da quinta série até o nono ano. Então, sempre tinha essa cobrança por parte do professor pra que se participasse das atividades e eu sempre me distanciava pra não participar das atividades com os meninos, até porque não era do meu interesse, não sabia, não tinha noção de nada e nem queria aprender também (DENYSE, 2022).

A fala de Denyse evidenciam vivências do seu Fundamental II questões muito importantes para a formação docente e profissionais da educação, é um outro ponto a ser refletido, a educação ainda precisa avançar em diversos aspectos. Desde a mudança dos currículos garantindo uma efetivação da inclusão da diversidade, até a formação de seus profissionais, enquanto teoria e mais ainda enquanto prática.

E era uma das disciplinas que a gente sempre ficava de recuperação e posteriormente tinha que fazer um trabalho pra apresentar o professor pra obter a nota. Uma outra disciplina assim também que era geradora de polêmica, era disciplina de religião, sempre vinha em torno essa discussão da união, de sempre focar que o homem nasceu pra mulher e a mulher pro homem e aulas de biologia, principalmente quando chegava na parte do corpo humano, do órgão reprodutor. E aí eu lembro que teve uma época que surgiu essa pergunta sobre o sexo anal e a

professora deixou bem claro que era uma prática que não era adequada, que era uma prática que não era permitida perante a saúde, os órgãos de saúde, perante a própria biologia, eu lembro que ela exemplificou isso, que a vagina da mulher já tem estrutura pra receber o pênis, que no ânus não é assim, que o ânus era algo apenas para expelir as fezes e aí eu lembro que foi uma polêmica muito grande, eu fiquei assim muito constrangida né, porque no final das contas como eu era a única pessoa, na época gay, da turma e eu acho que nessa época também da escola, tinha esse outro amigo meu que era gay, mas ele não era assumido, então todas as atenções acabavam sendo voltadas pra mim e isso gerava piadas e aí quando a professora tentava intervir de outra forma já era tarde porque já tinha causado, ela mesma já tinha dado as afirmativas, então já tinha causado algo maior (DENYSE, 2022).

Precisamos de profissionais que se comprometam em desestabilizar o sistema<sup>6</sup> heteronormativo e violento. Inimaginável o que Denyse enquanto adolescente vivenciou nessas aulas, destacando mais uma vez a formação docente, o modo que as disciplinas são explanadas reforçam estereótipos e preconceitos, além de uma violência, as vivências colocadas por Denyse, foram sim, violências, que marcaram e não foi de uma forma positiva. Odara (2020, p. 86) aponta “Garantir essas discussões nos cursos de formações de professores/as faz-se necessário. A empatia e o respeito às diferenças estão cada vez mais no esquecimento tanto no ambiente educacional quanto em algumas práticas exercidas pelos docentes”.

Currículo este que conforme o ensino vai avançando as violências vão se tonando cada vez mais acentuadas. É evidenciado nas narrativas, Kétlen (2022) “é difícil ter uma trans que tenha tido um Ensino Médio tranquilo, todas, acho que a maioria, vamos dizer 80%, 90% passa por preconceitos, bullying”. Essa fala é extremamente amedrontadora, Kétlen aponta que uma mulher trans de fato sobrevive dentro do espaço escolar, e que isso é normalizado, o sistema educacional deve rever, repensar seus currículos e práticas, colocando essas diferenças dentro do processo formativo e não as violentando.

Dafhyne (2022) diz “ginásio<sup>7</sup> e Ensino Médio, sempre as piadinhas, mas o que mexeu mesmo com meu psicológico foi o Ensino Médio”. É evidente a partir das vivências o quanto o ensino médio é ameaçador para pessoas trans. Dafhyne reforça a fala anterior de Kétlen, expondo também ter vivenciado situações que se aproximam durante o Ensino Médio.

(FRANCO E CICILLINI 2015, p. 4) *apud* William Peres (2009), argumenta sobre as dificuldades da escola em lidar com as questões referentes às identidades de gênero e sexual,

<sup>6</sup> A palavra sistema com c, é utilizada como uma forma de evidenciar o sistema social ao qual estamos inseridos fazendo referência a cisheteronormatividade que compõe a sociedade.

<sup>7</sup> No Brasil, o ginásio constituía o estágio educacional que se seguia ao ensino primário e que antecedia o ensino médio. Correspondia aos quatro anos finais do atual ensino fundamental.

especialmente quando os sujeitos em foco são pessoas trans. Enaltecendo os estigmas e preconceitos em maior grau em relação às pessoas trans, o que consegue ser disfarçado em relação a outras formas de sexualidade como as lésbicas e gays, por exemplo.

Eu era uma pessoa assim tão reprimida que quando chegava a hora do intervalo eu não saía da sala, se acontecesse alguma coisa eu pedia pra algum amigo trazer pra mim. Eu só saía porque tinha um bebedouro no corredor da minha sala e eu só bebia água e voltava. Em questão de merenda eu sempre pedia pros meus amigos comprar e trazer pra mim, eu não saía. Entrava na sala e só saía da sala na hora que o sinal tocava pra mim vir embora de tanta coisa que eu escutava, de tanta piada, me empurravam, já tentaram me agredir, só que aí eu não baixei minha cabeça, rendeu tanta coisa e aí eu fiquei tão de saco cheio que eu falei, eu não vou estudar mais aqui (DAFHYNNE, 2022).

A narrativa de Dafhyne só evidencia o quanto a escola não está preparada para lidar com as diversidades, ou na verdade, finge não as ver, é impossível ninguém dentro da instituição não ver nenhuma dessas situações, fica sem dúvidas esse questionamento. Enquanto pesquisa pós-crítica vem justamente evidenciar as diferenças perpassadas no espaço escolar, as relações de poder, através das subjetivações e vivências dos/as entrevistados/as.

No terceiro ano que aqui não tinha [Quicé], aí fui pro Teixeira, lá tinha outros povos de outras comunidades e eu sofria preconceito lá. Pedi pra diretora pra ser transferida pro Estadual, não aguentei a pressão lá no Teixeira. Aí fui bem recebida no estadual e acabei de concluir o terceiro ano lá completo (KÉTLEN, 2022).

A escola enquanto instituição formativa desses sujeitos está exercendo seu papel? Sem dúvidas inúmeros questionamentos aos sujeitos que estão dentro da escola com atitudes tão violentas ao ponto de expulsar outros/as alunos/as. Ela retornou para o Distrito de Quicé para concluir o ensino médio no anexo. Kétlen não conseguiu continuar os estudos no Colégio Estadual Teixeira de Freitas e pediu transferência para o Colégio Estadual Senhor do Bonfim. Todas essas instituições estão como lócus de pesquisa desse processo investigativo. As instituições precisam refletir acerca do seu currículo, pensar um currículo que consiga dialogar com todos/as que constroem, perpassam a instituição. Uma pedagogia para as diferenças, que questione, problematize a partir dessas subjetivações que fazem parte do processo formativo.

Por incrível que pareça a escola na minha vida exerceu um papel assim de fundamental importância né, e talvez por isso eu tenha decidido seguir na carreira docente. Porque felizmente ao contrário né do que

geralmente acontece com as outras pessoas trans ou LGBTQIA+ no espaço educacional, eu fui muito acolhida né, então assim, a escola na verdade acabou se tornando o meu porto seguro, inclusive as primeiras manifestações da minha travestilidade enquanto uma figura realmente feminina se deu através da escola. Então, na escola através dos grupos de dança que eu coordenava, dos grupos de teatro que eu participava, então eu sempre achei muita abertura e como um método também de enfrentar os preconceitos que claro existiam na escola por parte dos meninos né, dos colegas, eu acabei por me tornar uma pessoa popular na escola (DENYSE, 2022).

Entretanto, Denyse narra outra vivência no Colégio Estadual Teixeira de Freitas, a escola acabou sendo esse local de acolhimento, de refúgio para suas questões de identidade. Um ponto a ser levado em consideração é a popularidade de Denyse, ela acabou encontrando esse lugar dentro do não lugar que a escola oferece. Essa foi a sua estratégia de sobrevivência nesse espaço, pessoas LGBTQIAP+ precisam criar estratégias para sobreviver na maioria dos espaços, principalmente os sociais. Utilizar aquilo que a ameaça para sobreviver.

Então, eu sempre tive uma facilidade muito grande em liderar os grupos, em formar os grupos, sempre tive um poder de articulação e de organização muito grande né, então, nos grupos de trabalhos os meus grupos eram sempre os mais organizados, os que sempre trazia algo diferente, eu não fui um aluno exemplar nota 10, mas eu sempre tive uma relação muito boa com meus professores, então isso acabou ajudando também e conseqüentemente também sempre tive muito boa com os meus colegas. Então, existiu algumas violências que era pontuais, mas não era nada muito grave que me expulsasse da escola, não chegava a ser agressão física e sempre que tinha algum tipo de agressão como uma piada, algo do tipo, eu sempre fazia questão de revidar de uma maneira muito minha, de uma maneira muito característica, na lacração mesmo e isso foi me fazendo uma pessoa muito popular (DENYSE, 2020).

O ambiente escolar mesmo caminhando para uma perspectiva pós-crítica, ainda não consegue mais lidar com os corpos, as subjetividades, as identidades da sociedade atual, a escola ainda não conseguiu dialogar com tantas questões. As práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula precisam dialogar com os estudos pós críticos, a teoria queer, pós estruturalistas, colocando o sujeito como protagonista desse processo, mas um processo que considere o sujeito e suas categorias, de sexo, raça, sexualidades, identidades, de classe.

Esse avanço científico de aproximação com os estudos pós críticos e estruturalistas é mais evidente no Ensino Superior, também precisa ser garantido no ensino básico, desse modo,

podemos pensar em uma ressignificação nos espaços escolares. Denyse relata sua vivência no ensino superior:

Mas, quando eu chego na universidade né, diferentemente do que foi o meu Ensino Médio, onde eu achei essa rede de apoio, onde eu achei essas afetividades, então, na universidade ao contrário, eu me deparei com uma solidão muito grande né, então, é uma solidão afetiva né que eu encontrei no médio, que eu encontrei no Fundamental II e continuei encontrando na escola enquanto monitora e essa solidão ao olhar para a universidade e não me ver né, em outras pessoas e não me ver nos professores, não me ver, então, realmente era uma solidão e as violências né, embora fosse um espaço acadêmico, onde eu imaginava que as pessoas fossem detentora de um certo grau de conhecimento e de civilidade... na universidade eu consegui encontrar, inclusive, mais violências do que na própria escola, de violência veladas, de pequenos detalhes, mas que eram explícitos e deixavam explícitos por qual motivo? Embora tivessem outras pessoas gays na universidade, mas eram pessoas de toda forma cisgêneras, pessoas que estavam dentro de um padrão normativo também. Então, eu chego extremamente afeminada, extremamente afetada e vou tendo que fazer essa regressão, justamente, para que eu fosse visualizada como uma pessoa de respeito, porque eu estava numa formação para professor que iria lidar com crianças né, e obviamente que eu iria encontrar essas resistências, nas escolas, com os pais, talvez com os alunos. Então, eu entro na universidade né, com esse pensamento de fazer a minha libertação de gênero porque agora eu era universitária, mas o que a universidade me cobra nas entrelinhas, é justamente ao contrário, que eu me molde, que eu me formate em uma configuração que seja aceitável para os padrões educacionais. Então, a pedagogia em si já carrega um estigma muito grande porque é uma profissão caracteristicamente tida como uma profissão feminina, onde as professoras, as pedagogas, as professoras de Educação Infantil devem ter de forma natural esse cuidado mesmo, ocupar esse lugar de mãe né com seus alunos. Então, pra uma figura masculina já é complexo, então pra uma figura travesti, dissidente, LGBTQIA+ é mais complicado ainda, levando em consideração também a nossa região e a nossa cultura. Então, justamente no processo da graduação, principalmente nas disciplinas de Pesquisa e Estágio é onde eu me deparo com essas problemáticas e me encontro nessa solidão porquê a universidade não me orienta, não, não, não discute essas questões até o momento, então, é justamente nessas disciplinas de Pesquisa e Estágio onde eu tenho que lidar diretamente agora como professora, agora como profissional que eu vou fazer essa regressão na transição né, voltar pro armário, porque eu precisava, na minha cabeça eu tinha isso em mente né que eu como uma travesti eu não iria ser bem aceita, não iria ser respeitada e iria encontrar mais dificuldades como realmente encontrei... Então foi uma disciplina que eu me matriculei até a quantidade máxima e que não fiz, e fiz já descemestralizada justamente por essa questão. E aí a última tentativa que eu fiz foi também uma tentativa traumática porque eu fui já como Denyse, já transicionada, não encontrei problemas com os alunos, mas de certa forma com os outros professores, com os professores da escola, eu achei muita resistência, com os pais também e com a professora que regia a disciplina, também houve esse despreparo porque não me foi orientado

sobre essas questões né, e essas questões não foram debatidas em nenhum momento dentro dessa disciplina de Pesquisa e Estágio (DENYSE, 2022).

Denyse relata através de suas vivências que não é só o Ensino Básico que precisa repensar um currículo pós-crítico questionando as relações de poder, levando em consideração as subjetivações e vivências dos/as formandos/as, o Ensino Superior também precisa rever seu currículo e levar, inclusive, suas pesquisas, já que temos tanta produção acadêmica. Faz-se necessário coloca-las em prática, a partir de minha formação, no mesmo período de Denyse, ficou muito evidente o quão foi escasso essas discussões, se não fosse minha linha de estudo pessoal, sairia do curso sem problematizar essas questões.

Entretanto, a universidade também demonstrou que os nossos questionamentos influenciaram de alguma forma, houve a reformulação da matriz curricular, a inserção do componente curricular, Direitos Humanos, Diversidades e Educação, abordando na sua ementa o respeito às diferenças de gênero, orientação sexual, étnicas, religiosas, geracional, dentre outros. Pensando uma formação docente que questione os currículos, contribuindo para um novo processo formativo educacional, que influencie diretamente no novo imaginário social.

Eu sou formada em Educação Física licenciatura, e aí eu comecei fazer o curso. Fiz na Anhanguera, e eu pensei em desistir também, porque já chegando meu segundo semestre eu passei por uma situação com três rapazes. Esses três rapazes me esperando, me empurraram, me seguraram, iam até me agredir, eles vieram pra me agredir; só me agrediram por causa de dois colegas meus de Itiúba, um de sala e outro não. Mas aconteceu coisas terríveis, aí eu pensei em abandonar os estudos também por conta disso (DAFHYNE, 2022).

As questões não envolvem apenas a formação ou o ensino educacional, mas abarca vivências até chegar a esse ensino, a essa formação. A narrativa de Dafhyne elucidada questões de violência sofridas no caminho para casa, ou seja, pessoas trans, LGBTQIAP+ não podem nem chegar aos seus destinos, são sobrevivências dentro do lar, nas instituições, no andar na rua, podem não chegar, como lidar com tantas violências. A construção de um novo imaginário social, vai impactar nisso também, em pessoas que respeitem as diferenças, que contribuam para uma sociedade mais equânime.

Rios e Dias (2017) compreendem que, no enfrentamento ao preconceito, no tocante a diversidade sexual e de gênero é necessário desenvolver políticas de formação centradas nas

dimensões pessoal e profissional. Toda a comunidade escolar deve estar inteiramente imbricada nesta formação, partindo desde o corpo gestor, docente e profissional, chegando até aos/às alunos/as, familiares e sociedade; para além do respeito, a entender a diversidade presente na sociedade, e as diferenças existentes entre os seres humanos, que vai desde a raça, etnia, religião, posicionamento político, gênero, sexo e orientação sexual.

A escola é marcada por diferenças, contudo o currículo escolar legitima as identidades hegemônicas ocidentais e contribui para posicionar as não hegemônicas como inferiores, deficitárias, patológicas, desviantes. Paloma em sua narrativa ao discorrer sobre como a escola via aquela criança dissidente das demais, ela responde: “Não via, não chegava a ver, nunca falaram pra minha mãe, só que minha mãe já sabia, em questão do colégio nunca falaram”.

Há uma disparidade na fala de Paloma citada anteriormente sobre a sua comunidade no que diz respeito ao currículo vivenciado por ela, mesmo com um intervalo de mais ou menos 10 anos, é possível perceber que na escola Paloma sofreu com a exclusão e chacotas por parte dos colegas e essa mesma comunidade a acolheu após expor o a sua identidade, quem realmente ela é. Pensemos que a comunidade teve acesso a conteúdo, informações que possibilitaram formação pessoal e humana para além do currículo escolar.

Pode-se inferir que essa falta de preocupação de questionar quais identidades o currículo produz está ligada ao fato de a escola e, conseqüentemente, o currículo, ter surgido “[...] inicialmente para acolher alguns – mas não todos – ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição” (LOURO, 2014, p.57). Na fala de Paloma, durante a entrevista, além da fala, alguns sinais dela chamou a atenção, por mais que tenha demonstrado estar bem resolvida com a sua história, trajetória, esse momento não se prolongou tanto, especificamente ao se tratar da infância, não discorreu com muitos detalhes ou de forma mais detalhada; chama a atenção, talvez por não lembrar, mas fica o questionamento se realmente foi isso ou vivências as quais ela não quisesse acessar tanto.

Dialogar, refletir e desenvolver meios políticos, sociais e educacionais que englobem os mais diversos ângulos presentes nesse contexto. Rios e Dias (2017), afirmam que é imprescindível a reinvenção da escola no sentido de colocar em pauta as questões pertinentes à vida dos sujeitos que por ela transitam. Evidenciando, a importância da escola em inserir tais discussões contextualizadas em seu currículo, tendo-a como construtora desse espaço social. O currículo escolar sempre esteve implicado na construção das identidades e das diferenças.

A partir do exposto, infere-se que as questões pertinentes ao gênero, homossexualidade e homofobia estão sob a regência e no âmbito de discussão dos Direitos Humanos, assim

concordamos com Souza (2015, p. 201), ao afirmar que tais discussões devem ser compreendidas pelo viés sócio histórico e cultural “objetivando a incorporação – por parte do corpo docente –, da transversalidade deste tema quando na construção do projeto político-pedagógico da Unidade Escolar”.

Paloma (2021) relata que houve a discussão já no Ensino Médio “Foi bem, foram conversas assim... que eu fui muito bem acolhida e lá já estavam me tratando pelo nome social, foi bem tranquilo lá. E quando tinha as reuniões, conversas assim com aluno tocavam no assunto, na aula de biologia e tudo aí era bem tranquilo”. A partir da fala de Paloma suscitamos algumas indagações, o nome social hoje é um direito garantido, então a comunidade escolar deve cumprir, tratar a transexualidade, as identidades de gênero como algo somente do campo biológico é reduzir e reforçar estereótipos sobre as questões de gênero e sexualidades, as subjetividades das pessoas trans.

Não houve um aprofundamento sobre o que de fato acontece, nesse caso colocando Paloma como protagonista desse processo, indo além da questão biológica, não tem nada a ver com biologia, é algo subjetivo, é como a pessoa se reconhece. Segundo a autorização do Ministério da Educação, Resolução CNE/CP nº 1 (2018), somente em 2018 as pessoas trans tiveram o direito garantido de serem chamadas como se identificavam. Apesar da escola ainda tratar dessas questões partindo principalmente da biologia, o fato de ouvirem a pessoa trans e respeitarem o seu pronome de tratamento é sem dúvidas algo a ser evidenciado.

A escola é também um lugar de sexualidades, vivências de gênero, processos de subjetivação, e é necessário entender esses discursos que se entrecruzam. É uma instituição que constrói corpos a partir dos discursos. Problematizar também é entendida como uma forma de fazer pesquisa na educação (MARSHAL, 2008). Sigamos, problematizando e transformando o problema.

#### 4 NARRATIVAS *TRANSUBJETIVAS* NO SEMIÁRIDO: “SÓ SABE QUEM PASSA”

Este tópico irá trazer reflexões para além dos espaços escolares, evidenciando algumas vivências das narradoras, em relações além dos espaços escolares. Pensar em uma escola mais diversa é ter novos marcos civilizatórios, um novo modelo de sociedade com sujeitos que consigam crescer tendo outra formação, levando em consideração este território, essa cultura, esses povos; pensar este território do Semiárido em todas as suas nuances é perceber nitidamente a diversidade de identidades, gêneros, sexualidades.

Socialmente a mulher sempre foi vista como recatada e do lar, levando em consideração o contexto do Semiárido há algumas décadas, a tarefa de ajudar na lavoura para o sustento da família, carregar água, cuidar da casa; já o homem, marido, trabalhava fora de casa, sempre no meio público, distante de casa. Ou seja, a mulher sempre estava destinada as atividades ligadas à esfera do privado, já ao homem as atividades ligadas à esfera do público.

Com o passar do tempo este território Semiárido começa a se reafirmar, buscar por legitimação, entender suas potencialidades, especificidades. E isso foi desde a aprender noções de convivência com o Semiárido, até o empoderamento dos povos que aqui viviam e vivem. O espaço feminino já lembrado, também alcançou outras esferas, como a do empoderamento dessas mulheres, inclusive, reconhecendo a sua importância nessas atividades mesmo ainda ligadas à esfera do privado e alcançando aquelas na esfera pública. Sobre isso, (PAIVA E BARROS, 2017, p. 18) nos afirmam que:

A sociedade civil organizadora e instituições públicas governamentais (principalmente universidades públicas) sinalizasse a necessidade de legitimar uma nova territorialidade que se encontrava em construção nessa região do Brasil, bem como passasse a contribuir na formulação de Políticas Públicas de Educação Contextualizada referenciada na diversidade da realidade do SAB e na lógica da convivência.

É possível notar possíveis territorialidade emergindo no Semiárido. Ressignificando essa convivência a partir dos estereótipos da binaridade. Evidenciar essa diversidade existente neste território Semiárido, além do cultural, político, de raça, mas de gênero e identidades plurais e múltiplas; as minorias sexuais também precisam ser visibilizadas, respeitadas. E todas essas questões perpassam, principalmente, a educação.

Uma educação que tenha como princípio os saberes e os fazeres culturais, epistêmicos e sociais no Semiárido em torno das questões de identidades, gênero e diversidade sexual, é construir um pensamento plural, rompendo com estigmas que foram disseminados como se

fossem dogmas. Compreender as identidades, vai desde ao pertencimento a esse chão até a diversidade dessas identidades que compõem esse Semiárido. Sobre isso Paiva e Barros (2017, p. 15), argumentam:

[...] Observamos que, hoje, multiplicaram-se os modos de compreender, de dar sentido e de viver, os gêneros e a sexualidade no espaço social, que têm sido ignorados e/ou escondidos pelo próprio ambiente escolar por argumentos essencialmente morais, seguindo uma tendência. Nesse solo, o grande desafio é romper com os esquemas binários de gênero (homem-mulher) e da sexualidade (heterossexual-homossexual) e aceitar as múltiplas posições que estão sendo delineadas na sociedade [...].

Pautar, problematizar as questões de gênero e sexualidade no Semiárido é partir desse lugar de que ainda precisamos deslocar além dos esquemas binários, essas discussões seguem no desafio de romper com processos machistas e patriarcais Rios (2022). E visibilizar a transexualidade no Semiárido, dar lugar de fala a mulheres transexuais e travesti aqui no Semiárido, é mencionar suas estratégias de sobrevivências. Do quão excludente e dissidente esses corpos se colocam na (des)construção desse território.

Ainda é preciso lembrar sobre as performatividades desse ser mulher, e em como faz-se necessário visibilizar essas mulheres do Semiárido, nas suas infinitas formas do performar e ser uma mulher dissidente. Nesse sentido, as mulheres do Semiárido, além dos esquemas binários de gênero e sexualidade, são mulheres cis, trans, travesti, lésbicas. Perceber essa lacuna é nomear essa realidade, precisamos dar nome para a partir de aí ela existir e paulatinamente ir avançando nas discussões, conquistas, na reconstrução dessa narrativa Semiáridas.

Ainda é preciso dizer mais uma vez, a necessidade de se evidenciar e proliferar as produções desse campo de pesquisa, trazer o tema da sexualidade e gênero para o ambiente escolar, compreendendo a amplitude e a dimensão da educação, tal como sua abrangência nos mais variados temas; essa deve ser feita de maneira cuidadosa, empenhada e humanizada, para que assim os resultados da equidade e o avanço dos direitos humanos sejam garantidos, mudando o nosso cotidiano escolar (SANTOS; RIOS, 2019, p. 10).

Ainda vivemos esse grande desafio, a educação contextualizada e a educação para a Convivência com o Semiárido e que se dá não só dentro dos espaços formais, mas principalmente, nos espaços não formais de ensino e através de instituições que trabalham com a filosofia do (auto) reconhecimento desse povo, dos povos do Semiárido. Contribuem com o rompimento desses binarismos, seja possibilitando as mulheres outros olhares, outras

possibilidades de geração de renda, formação para essas comunidades, desde o manejo de animais até formação política. O partilhar vivências e experiências com uma nova geração, (re)construindo as que aqui já estavam e possibilitando outros olhares, outras reflexões. Atualmente, uma geração muito mais diversa, apesar de tantos silenciamentos, amedrontamentos, coloca a pluralidade dos corpos, das identidades e das sexualidades. Dafhyne, Paloma e Kétlen evidenciaram as suas realidades a partir das comunidades em que residem. Kétlen (2022) coloca:

Muitas descobertas, sofri muitos preconceitos, principalmente dos meus pais na época, como moramos em um povoado muito pequeno, o povo fala muito, comenta muito e eles não aceitavam essas coisas de eu tá causando numa comunidade tão pequena, mas depois quando passar do tempo foi aceitando e hoje eles me amam do jeito que eu sou.

Há uma preocupação da família com o social, em como a comunidade está vendo a família, quais as impressões passadas, então, a construção social é muito importante, isso é destacado. As famílias se preocupam e agem para atender essas impressões, ao que é adequando para a sociedade, aos estereótipos que não podem ser rompidos.

Dafhyne (2022) afirma, “As pessoas me respeitam como eu respeito também, em todo lugar que eu subo, que eu desço, eu sempre cumprimento as pessoas [...] aqui eu não escuto piada, não escuto disse me disse [...]”. Kétlen e Dafhyne residem no distrito de Quicé, as duas colocam como é um corpo trans nessa comunidade. Para Dafhyne é mais tranquilo, a partir da sua fala fica evidente esse respeito com ela e não ouvir piadinhas, é importante evidenciar que com Dafhyne exista esse respeito devido ao fato dela ser influencer, de a sua popularidade ou visibilidade a permita ocupar espaços com uma “certa” tranquilidade ao menos na comunidade em que mora.

E também é importante refletir sobre ser essa a sua estratégia de sobrevivência enquanto pessoa trans, foi o espaço e a forma que ela encontrou para conseguir deixar menos dolorido, para reafirmar e visibilizar a sua existência, o seu corpo trans. Kétlen, já evidencia outras questões, como o povo falar muito, em comunidade pequena o falatório é grande, aponta preconceitos já vivenciados na comunidade. A mesma comunidade se apresenta para Kétlen de uma outra forma.

Em outro momento da entrevista ao falarmos sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas LGBTQIAP+, Kétlen (2022) coloca “Só sabe quem passa, nós temos muitas dificuldades, lugar pequeno é o que menos aceita o jeito que a gente é. Para se acostumarem

com a gente é um processo longo viu”. Então, esses corpos trans são recebidos de formas diferentes, é evidente a partir das falas. A sociedade que Kétlen vivenciou foi há 20 anos, não é a mesma que Dafhyne vivenciou, foram recebidas cada uma em uma época, precisamos reconhecer que atualmente há uma visibilização em torno das pessoas LGBTQIAP+, alguns poucos direitos foram conquistados.

Outra questão é pensar a possibilidade de uma geração com outros olhares para as minorias sexuais, de gênero, étnicas, religiosas, a problematização em torno dessas questões, nesse caso, as mulheres trans com mais idade, no sentido de que Kétlen e Dafhyne possuem uma diferença de 12 anos de idade, Kétlen assumiu mais cedo sua identidade e a sociedade se configurava com outras discussões, emergiam de forma tímida, principalmente, no interior do Semiárido. Levando em consideração o acesso que chegava a esse território, a esse povo.

Hoje posso falar sim, eu sou mais velha, ela começou agora, vai fazer mais de 20 anos que eu sou assumida pra sociedade e no começo a sociedade não aceitava, tinha as piadinhas, as cotoveladas quando eu passava na rua, tinha as risadinhas e hoje em dia nem.... A mente evoluiu mais, os jovens, os mais idosos daquela época estão mais mente aberta, não existe tanto, mas antes existia sim. Tanto que meus pais choravam, ah que o povo vai comentar isso, aquilo, pra quê isso...as falas deles eram essas sempre [...] (KÉTLEN, 2022).

Como é percebido na fala de Kétlen, “estão mais mente aberta”, desde os anos 1980, a partir do movimento feminista, movimentos sociais, pós anos 2000, com a chegada de governos que pensassem em políticas públicas também para essa população, através de acessos básicos até então negados, como a política de cotas as universidades públicas, como o reconhecimento do casamento do mesmo sexo, a legalização da retificação do nome social, a efetivação da matrícula com o nome social, entre outras.

A democratização da comunicação, nos últimos anos, o acesso em universidades, na verdade, foi todo um conjunto, desde políticas públicas até a promulgação de leis que protegem essas minorias. Todavia, não podemos perder de vista os desafios existentes, mas é importante ressaltar algumas conquistas que compõem um cenário mais acessivo, diverso e visível. Através da entrevista, Paloma como moradora de uma comunidade rural de Senhor do Bonfim, evidencia a sua vivência, como esse corpo trans transita em Passagem Velha.

Até quando eu completei os meus 18 anos e me olhei no espelho quando eu usava, tava usando short ainda, eu me olhei no espelho e comecei a chorar. Toda vez que eu via um espelho começava a chorar, porque eu via que não era aquilo. Aí já quando eu resolvi contar pra minha mãe,

quando eu completei 18, no mesmo dia do meu aniversário, que eu contei. Aí ela foi lá no guarda roupa e me mostrou uma roupa bem bonita feminina e me deu pra eu usar numa festa de terno de reis que ia ter na Passagem Velha. E aí usei e a reação de lá do povo foi só foto, foto, bora tirar foto e foi tudo normal. Hoje em dia eu não tenho mais problema assim não, em questão do meu nome social que eu me chamava Artur, é... hoje escolhi o nome, não quis sair da letra A, coloquei meu primeiro Agatha e segundo Paloma, que é pelo segundo nome que eu sou mais chamada e aí foi bem tranquilo em questão lá da minha família, demorou um pouco pra eles aceitar assim a chamar, a ter o aspecto assim de chamar sabe, que é outro nome e tal. Mas hoje em dia ninguém me chama pelo meu antigo nome, me chama pelo meu nome mesmo (PALOMA, 2022).

Diante da fala é importante ressaltar algumas questões, o processo vivenciado destoa do que geralmente é vivido por pessoas trans, ao que é visto nos estudos, relatos, sendo delicado, havendo uma rejeição familiar, social. O que não aconteceu com Paloma, segundo a sua narrativa ela vivenciou algumas questões na infância, mas quando o momento de expor sobre a sua identidade de gênero aconteceu, pelo contrário, as pessoas da comunidade tiraram foto, a mãe foi quem tomou a iniciativa em relação a roupa para ela usar. Teve a confusão sobre a mudança do nome, mas que foi algo tranquilo e que posteriormente logo foi resolvido, tanto com a família, como com a comunidade.

É notório refletirmos sobre essa comunidade rural, a partir da fala de Paloma há um avanço em respeito às diversidades, mesmo que de uma forma iniciante, rompendo com a binaridade dos estereótipos de gênero, sexualidade. Paloma (2022) afirma que: “Passagem Velha é uma zona rural, localizada daqui mesmo de Senhor do Bonfim, lá temos várias características do povo cigano, quilombola e lá é uma comunidade pequena, povoado. O tratamento lá as pessoas lhe acolhem muito bem, lhe tratam bem, lhe respeita”. Algo que foi muito evidenciado por Paloma, sobre como ela é respeitada na sua comunidade.

Ainda a partir da narrativa de Paloma é importante problematizar sobre a reação da comunidade de tirar fotos com Paloma após sua saída de casa com vestimentas femininas, a aceitação dessa comunidade com a diversidade, com o que é tido como diferente, pode sim ser resquícios de uma comunidade descendente de quilombolas, povo cigano, do campo. Ou seja, também minorias, nesse caso, de etnia, raça, classe, povos já invisibilizados em outros processos, com acesso negados, políticas que não chegam. Então, esse fator pode ter influenciado diretamente nessa aceitação que evidencia mais uma admiração da comunidade para com Paloma.

Os olhares sociais que perpassam os sujeitos estão intrínsecos a nossa subjetividade, nos constituímos disso também, como foi suscitado ao longo do texto, as regulações sociais se dão ao longo da vida e sim, nos importamos com elas, até conseguirmos ter consciência do grande sistema heteronormativo que vivemos, somos duramente regulados/as, machucados/as através do que é esperado de cada um/a. Paloma aponta alguns elementos sociais que dizem muito sobre o quanto as pessoas trans, nesse caso, as mulheres trans são olhadas, e se há esse olhar.

É difícil, é difícil mesmo, não é fácil o homem aceitar que mulher faça alguma coisa, inclusive mulher trans, é bem difícil em questão de esquisito. Roupa curta, tatuagem que eu sou tatuada. Quando eu uso roupa curta demais, já fui chamada de puta e garota de programa; e mulher não é isso! Ser chamada de puta de garota de programa não é uma parte ofensiva, porque se ela tá ali é porquê tá precisando. Mas, eu sempre percebo assim que tudo pro lado de mulher é mais difícil, até em questão de emprego, ah porque você não vai poder fazer isso, você não pode assumir esse cargo porque você é mulher e esse trabalho é pra homem, só que tá aí pra quebrar mais as barreiras (PALOMA, 2022).

Enquanto mulher trans, Paloma narra elementos que também são vivenciados por mulheres cis, a regulação da figura masculina sobre nosso corpo, a imposição das vestimentas adequadas. Mas intensificando essas questões, como mulher trans, Paloma é associada a ser garota de programa, a ser puta, a marginalidade que a sociedade coloca as mulheres trans. Dafhyne (2022) também aponta sobre a dificuldade de se relacionar enquanto uma mulher trans:

Bom, muitas pessoas respeitam, mas outras não respeitam e querem fazer charlação, querem tirar onda... igual eu tenho um relacionamento há 8 anos, eu tô com essa pessoa há 8 anos, só que a gente não se sente livre e nem somos felizes por conta do preconceito. Ele era hétero, ele namorava com a mulher e quando eu me envolvi com ele, ele ainda tava namorando com essa menina, só que aí depois eu soube claramente e aí eu cheguei nele, a partir de hoje não dá mais pra gente ficar porque você tem sua namorada e eu não quero me envolver num relacionamento na vida dos outros, aí ele foi e terminou com ela. Um dia antes do meu aniversário ele me pediu em namoro e desse dia para cá minha filha a gente sofre muita coisa, principalmente com a família dele... os amigos dele chama ele de gay.

São invisibilizadas, ou melhor, a visibilidade que tem é sempre associada a estereótipos mal vistos socialmente, como o que não é adequado. Denunciando também os espaços destinados as mulheres trans, um mercado de trabalho inexistente, não existe vagas no mercado de trabalho para essas mulheres.

É aqui em Bonfim eu não diria em outro lugar, só que aqui em Bonfim eu já marquei duas vezes pra ir no endocrinologista só que não tinha vaga, ou seja, é difícil. Porque a gente precisa fazer esse acompanhamento, pra ter um apoio ali em questão hormonal que mexe muito com a saúde, é perigoso você fazer por conta própria, a minha é por conta própria, mas eu não tenho opção porquê se eu parar de usar, eu volto pro meu corpo masculino, então, essa questão que não ajuda. Não tem essa cirurgia, a gente tem que sair da cidade pra fazer em outro local, outra cidade, Petrolina, Recife, Salvador ou até fora daqui que quando aqui não tem você tem que se arriscar pra ir fora e precisa do dinheiro né, que é tudo burocrático. Aqui pra você fazer, até pra quem necessita mais, em questão de saúde é difícil, imagina pra uma pessoa que quer uma coisa estética né, mas difícil ainda. Se a pessoa não tiver condições, tem que esperar o tempo dizer (PALOMA, 2022).

A fala de Paloma escancara o não lugar social das mulheres trans, os direitos básicos não são efetivados, imaginemos irmos à unidade de saúde pública e não conseguir atendimento por que não sabem o que fazer com você, é algo surreal de imaginar. Kétlen (2022) fala: “eu tomava hormônio, parei já têm uns seis meses, eu acho. Tomava que eu queria me sentir cada vez mais mulher(...). Mexe com a mente da gente. Se a gente não tiver uma mente forte, o psicológico da gente fica daquele jeito, baixo (...)”. O tratamento hormonal oferece riscos à saúde e precisa de um acompanhamento, mas os/as profissionais são desqualificados/as, não tem formação na área, não conseguem estabelecer uma linha de atuação para lidar com pessoas trans.

É difícil porquê muitos médicos não sabem como lidar, não sabe que remédio lhe dar, que exame passar. Eu ainda não tive oportunidade de ir no endocrinologista, não sei como é, mas uma ginecologista que eu fui, no local, não vou dizer né, ela não soube me atender, ela me explicou, que legal, é a primeira pessoa que eu tô atendendo e ela vinha de Salvador (PALOMA, 2022).

Essa questão citada por Paloma sobre não saberem qual remédio prescrever, refletir sobre como os profissionais acabam muitas vezes associando qualquer sintoma ao tratamento hormonal, pessoas trans chegam doentes e não são atendidas da devida forma, devido a essa associação, o não saber lidar com pessoas e tratamento hormonal. A sensibilidade é inexistente por grande maioria dos profissionais da saúde.

#### 4.1 TRANSVISIBILIZANDO AS MÍDIAS DIGITAIS NO SEMIÁRIDO

A popularização das mídias digitais na sociedade, a comunicação acontecendo de maneira mais informal, o compartilhamento de diversos conteúdos, desde a rotina de pessoas, tidos/as como influencer digital, até lojas virtuais, gerando renda para muitas pessoas, assuntos até então considerados tabus sendo colocados e ganhando espaço.

“Nos últimos dez anos, o cenário das comunicações sofreu significativa mudança estrutural devido ao desenvolvimento tecnológico que contribuiu para o surgimento de um ambiente de convergência midiática” (MATTOS, 2013, p.178 apud LUZ & ROCHA, 2018). Dentre as mídias digitais, o aplicativo Instagram, foi um dos que mais ganhou espaço e popularização, inclusive, este aplicativo que vem sendo considerado espaço de lugar para muitas pessoas.

Dentre as narrativas, Dafhyne colocou a sua dificuldade em conseguir emprego por ser uma mulher trans, e em como através do Instagram esse espaço vem sendo conquistado como mercado de trabalho e garantindo sua renda.

Assim, hoje em dia eu me sinto mais leve e contente, porque assim, com minhas redes eu comecei a mostrar as pessoas, a minha realidade, meu dia a dia e muitas pessoas verem que não é o que outras falam e aí muitas oportunidades acontecendo, muitas portas se abrindo, as pessoas reconhecendo, as pessoas valorizando e aí a gente só tem que botar as mãos pro céu e agradecer a Deus que muitas coisas vêm amenizado, muitas portas vêm se abrindo por causa das redes sociais (DAFHINE, 2022).

Atualmente, Dafhyne é conhecida como uma das influencers digitais da região do Território Piemonte Norte do Itapicuru, ela reside no Distrito de Quicé, mas realiza muitas parcerias em Senhor do Bonfim. Sua conta possui aproximadamente 39 mil seguidores, ela é conhecida regionalmente e já participou de alguns eventos com outros nomes conhecidos nacionalmente. Todas essas informações evidenciam o alcance dessa mulher trans no interior do Semiárido baiano, durante a entrevista foi notório o quanto esse espaço conquistado possibilitou um empoderamento enquanto mulher, financeiro e um local de fala, também uma estratégia de sobrevivência desse corpo trans.

Esse novo cenário possibilita uma horizontalidade no diálogo, nas informações, principalmente, em assuntos como a transexualidade. Nesse contexto apresentado por Castells (2015 apud LUZ E ROCHA, 2018), grupos minoritários ganham poder em uma comunicação

horizontal. Como Dafhyne coloca, ela mostra a sua realidade, o seu dia a dia, desmistificando os estereótipos sociais que giram em torno da pessoa transexual.

Essa visibilidade alcançada no Instagram contribui não só nessa desmistificação e desconstrução sobre a transexualidade, como também, acaba articulando uma espécie de rede entre esses grupos minoritários, desenvolvendo e anunciando pesquisas, informações, redes de apoio para jovens que estão em processo de transição, familiares, movimentos que lutam por essa causa e tantas outras.

Muitas, muitas, tenho muitas seguidoras trans que me procuram, principalmente em período hormonal, pra saber mais, estar mais por dentro pra começar a transição, mas eu sempre indico fazer um encaminhamento médico primeiro para depois, para não chegar lá comprando o hormônio e aplicando, tenho muitas trans que me procura, muitas novinhas, adolescentes, que querem tomar o hormônio por causa de um peito, por causa de um corpo e aí sempre estou ajudando, várias e várias me procuram (DAFHYNE, 2022).

Dafhyne diz sobre a importância desse espaço nas redes, da relação com outras meninas trans, outro fator positivo, facilitando essa comunicação, garantindo essa segurança na troca de informações. O processo de aceitação e descoberta de uma pessoa transexual pode ser mais esclarecedor quando há informação sobre o tema disposto (LUZ & ROCHA, 2018, p. 6). Diante das narrativas e dos relatos ouvidos, das leituras, as pessoas transexuais passam por um processo de muita solidão, medo, rejeição consigo mesma e com a sociedade, ter esse tipo de conteúdo e rede através do Instagram contribui para amenizar um pouco os desafios desse momento.

Segundo Bento (2017), a transexualidade atravessa diversas restrições. Essas restrições se dão desde a infância, nas instituições sociais como a escola, pela família e nas relações. A falta de esclarecimento, entendimento, desconstrução social mesmo, reforça os estereótipos sobre a transexualidade, contribuindo com o silenciamento desses corpos em processo de aceitação. Outro ponto importante a ser destacado, é o controle da heterossexualidade através dessas instituições, desde a família, a primeira instituição que fazemos parte, até a escola, trabalho e a sociedade de uma maneira mais ampla.

A radicalização da desnaturalização das identidades, iniciada pelos estudos e pelas políticas feministas, apontará que a identidade de gênero, as sexualidades, as subjetividades só apresentam uma correspondência com o corpo quando é a heteronormatividade que orienta o olhar (BENTO, 2017, p. 17).

Somos apresentados/as a uma única possibilidade de ser, de existir, somos orientados/as a partir de um único olhar, o da heterossexualidade, se perceber indo de encontro é realmente confuso e amedrontador. A imposição do biológico, do que é sagrado, sim, esse olhar perpassa principalmente a questão de estar cometendo um pecado contra algo muito maior e que acaba gerando angústias muito mais intensas, contrário à normalidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES EM TRÂNSITO “AINDA TEMOS MUITO A REFLETIR”

Ainda temos muito a refletir, sim, reflexões que não cessam aqui, nesse objeto e nesse texto em torno das questões de gênero, sexualidades, das performatividades de ser mulher, acerca das infâncias trans e de tudo isso nos espaços que compõem o social, (re)constrói esse lugar, o Semiárido. Visibilizar narrativas semiáridas e suas diversidades faz-se necessário, como bem diz Djamilia Ribeiro, precisamos nomear as realidades para que elas possam existir socialmente, garantir políticas públicas efetivas, acesso a direitos básicos.

A transexualidade e travestilidade são categorias até então, desse não lugar, do fronteiroço, do negado, do invisível, e há alguns anos visibilizar essas narrativas, esses corpos, tem sido necessário para reconstruir narrativas. Romper o estereótipo de um Semiárido ainda patriarcal, machista, muitas dessas narrativas foram construídas a partir desse olhar, mas temos avançado em relação aos binarismos existentes, sendo eles, de gênero, sexualidades, classe, raça, religião, geracional. Nesse sentido, evidenciar narrativas semiáridas de mulheres transexuais e travesti exige uma sensibilidade, um olhar mais intrínseco, as narrativas (auto)biográficas possibilitaram essa aproximação; são corpos marcados, violentados, silenciados nos espaços sociais e familiares, desde a infância.

Aprender a partir da transgressão, como afirma hooks (2017). Transgredir o sistema é o que essas mulheres fizeram desde o seu nascimento e vem se colocando a cada dia, cada vez mais, na família, na escola, na vizinhança, na comunidade, nas universidades, nas redes sociais, criando estratégias de sobrevivência. Rios (2021) ressalta que as pessoas trans são permanentemente excluídas por não se adequarem às normas. Problematizar os contextos considerando os sujeitos, corpos que o compõem é aprender a partir da transgressão, da diferença, do estranhar. Pensar os currículos a partir dos sujeitos, ir além dos teóricos e conteúdos.

Louro (2014) chama atenção sobre a dificuldade da escola em lidar com as questões das diversidades, e que isso se dá devido ao fato dela ter sido pensada apenas para alguns e não para todos/as, ela foi aos poucos sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Sendo assim, a importância de pesquisas que problematizem as questões de gênero, sexualidades, identidades, raça. Rios (2020) *apud* (ALMEIDA, 2022) chama atenção para a o repensar dos processos pedagógicos a partir das construções identitárias.

Compreender as vivências de gênero dessas mulheres transexuais egressas, analisando o trânsito vivenciado por elas nas escolas públicas de Senhor do Bonfim, refletindo acerca de como o currículo vem sendo construído e o quão urgente é a sua reconstrução visibilizando

esses corpos que compõem o espaço escolar, as discussões, os conteúdos, o próprio currículo, o Sistema educacional como um todo. E essa urgência sendo evidenciada a partir de narrativas, histórias de vida, memórias, violências aumenta-se a necessidade de tais discussões.

O processo de aceitação e descoberta de uma pessoa transexual pode ser mais esclarecedor quando há informação sobre o tema disposto (LUZ & ROCHA, 2018, p. 6). Além dos processos pedagógicos, as narrativas (auto)biográficas também possibilitou a aproximação com esse trânsito, do se reconhecer enquanto pessoa transexual, de como foi essa vivência na infância e sim, informações sobre o tema ajudam pessoas que estão no processo de descoberta. Emergindo como corpo dissidente dentro de uma cultura social marcada pela heteronormatividade.

E pensando na contribuição para as teorias pós-críticas e *queer* dessa pesquisa além de algumas já citadas é de questionar os currículos, desde a educação básica até a educação superior; os espaços escolares de ensino, a formação docente, que está intrinsicamente sendo problematizada a partir do que foi exposto nas narrativas das colaboradoras da pesquisa. Em como esses espaços tão cheios de teoria vem constituindo sua prática.

Outro ponto a ser ressaltado, é que o presente estudo colabora com os movimentos de gênero, sexualidades, identidades, que estão sendo visibilizados e reconstruídos, principalmente, aqui no Semiárido, local onde temos uma discussão emergindo e ainda precisando romper essas discussões olhada a partir de um olhar patriarcal e heteronormativo. Elucidar corpos transgressores contribui fortemente em uma nova narrativa social, escolar, política e cultural.

Sendo assim, um enfrentamento da normalidade, como diz Dafhyne (2022) “que as pessoas tenham mais empatia, aprendam a incluir, para a gente ter visibilidade, respeito, para a gente ter nosso espaço”. Precisamos ajudar a construir um mundo onde as pessoas queiram viver, sem distinção de sexo, gênero, sexualidade, raça, etnia, religião.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Menna Barreto. **Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica.** História da Educação, ASPHE/FaE/UFPeL, Pelotas, n. 14. p. 79-95, set. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30223>  
Acesso em 30 de abril de 2022.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Etnografia da prática escolar.** Campinas – SP: Papirus, 1995.
- ARROYO, Miguel. G. **Currículo, Território em Disputa.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo.** v. I. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.
- BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo – Sexualidade e gênero na experiência transexual.** 3ª ed. Salvador, BA. Editora Devires, 2017.
- BRASIL. **Constituição (1998).** Constituição da república Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)  
Acesso em 28 de jun. de 2021.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 8ª ed. Judith Butler; tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Bahia). **RESOLUÇÃO CEE Nº 120, de 05 de novembro de 2013.** Dispõe sobre a inclusão do nome social dos/das estudantes travestis, transexuais e outros no tratamento, nos registros escolares e acadêmicos nas instituições de ensino que integram o Sistema de Ensino do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=97>  
Acesso em 15 de jun de 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 01/2018, de 29 de janeiro de 2018.** Dispões sobre as normas de atuação para psicólogos e psicólogas em relação às pessoas transexuais e travestis. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>  
Acesso em 23 de jan de 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018.** Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category\\_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192)  
Acesso em: 11 de dez. de 2021.

COELHO, Maria Thereza A. D; SAMPAIO, Liliana Lopes P. S. **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2014.

CRESWELL JW. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa. Escolhendo entre cinco abordagens**. São Paulo: Penso Editora LTDA, 2014.

Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021/ Bruna G. Benevides (Org.). – Brasília: Distrito Drag, **ANTRA**, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>  
Acesso em 28 de jan. de 2022

FAVERO, Sofia. **Crianças trans: infâncias possíveis**. 1ª edição/ Salvador – BA. Editora Devires, 2020.

FRANCISCO, el hombre. Triste, louca ou má. **Soltas Bruxa**. Francisco el hombre. São Paulo. 2016. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/francisco-el-hombre/triste-louca-ou-ma/>  
Acesso em 15 de janeiro de 2022.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. **Universo trans e educação: construindo uma área de conhecimento**. 37ª Reunião Nacional da ANPED – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <file:///D:/Projeto%20de%20mestrado/Transsexualidade.pdf>. Acesso em: 30 de jul. 2021.

Grupo Gay da Bahia (GGB). **Relatório Anual 2017**. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2017.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

Grupo Gay da Bahia (GGB). **Relatório Anual 2019**. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 38-39.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.

IBGE: Mulheres têm acesso ao ensino superior, mas ainda são minorias em áreas como engenharia e TI. **Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades – Aбраfi**. 2021. Disponível em: <https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/4373/educacao-superior>.  
Acesso em: 02 de outubro de 2021.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação**. São Paulo, Cortez, 2006.

JOVCHELOVITCH, Sandra. BAUER, Martin. W. **Entrevista Narrativa**. In: BAUER, M. W. GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com Texto: imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 90-113, 2002.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5ª Ed. Editora Perspectiva. São Paulo. 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 4ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

LION, Antonio Ricardo Calori de; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. **Corpos em trânsito: existências, subjetividades e representatividades**. 1ª edição/ Salvador – BA. Editora Devires, 2020.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

LOURO, Guacira. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade/ Guacira Lopes Louro (organizadora); Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 3ª. Ed.; 2. Reimp.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

LUZ, André L. L. ROCHA, Paula M. **@transmidia: potencialidades das redes sociais digitais na produção jornalística com perspectiva de gênero**. Revista Ícone, Recife, vol. 17, N. 1, 39-56, 2019 PPGCOM/ UFPE. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/icone/article/view/237948>  
Acesso em: 29 de julho de 2022.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido – uma visão holística**. – Brasília: Confea, 2007.140p. – (Pensar Brasil). p. 9-34.

MARSHALL, James. **Michel Foucault: pesquisa educacional como problematização**. In: PETERS, M.A.; BESLEY, T. (orgs.). Por que Foucault? Novas diretrizes para a pesquisa educacional. Porto Alegre: Artmed, 2008.

NASCIMENTO, Rosi M. RIOS, P. P. S. **Rompendo o silêncio na escola: refletindo sobre as relações de gênero no Ensino Fundamental I**. In: Pesquisa e prática Pedagógica no Semiárido: estágio enquanto espaço de pesquisa em educação, narrativas de formação docente, práticas de educação inclusiva. Curitiba: CRV, 121-144, 2020.

NÓVOA, António. **Os professores e as histórias da sua vida**. In: (Org). **Vidas de professores**. Porto: Porto, 2000, p. 11-30.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência: Travestilizando a Educação/ Thiffany Odara**. 1ª edição/ salvador – BA. Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e gênero/ Megg Rayara de Oliveira**. 1ª edição/ Salvador – BA. Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação/** Megg Rayara Gomes de Oliveira. 1ª edição/ Salvador – BA. Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Melissa B. de; GROSSI, Miriam P. **A invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico.** Estudos Feministas. Florianópolis. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/RQwwsSCqr7p3mfZjd7587Cz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 21 de jan. de 2022.

PAIVA, Carla Conceição da Silva; BARROS, Edonilce da Rocha. **Paradigma Cultural II: gênero, educação, trabalho e etnias.** Curitiba: CRV, 2017, p.15 – 34.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Pesquisa Pós-Críticas em Educação no Brasil: esboço de um mapa.** Cadernos de Pesquisa, v.34, n.122, p.283-303, maio/ago.2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/JrF5H8r96wRTvTDLShYpcM/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20 de junho de 2021.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala/ Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIO, PPS.; DIAS, AF. **Currículo, diversidade sexual e de gênero: tecendo reflexões sobre a formação de professores.** Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.], v. 9, n. 10, pág. e1999107573, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.7573. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7573>. Acesso em: 9 jul. 2022

RIOS, Pedro Paulo Souza; DIAS, Alfrancio Ferreira. **Trajetórias de vida de professores homossexuais no semiárido brasileiro: as narrativas (auto) biográficas enquanto instrumento de formação docente.** In. PAIVA, C.C. da S.; BARROS, E. da R. (Org.). Paradigma Cultural II: gênero, educação, trabalho e etnia. Curitiba – CRV, 2017, p. 69 – 84.

RIOS, Pedro Paulo Souza. **Da terra seca brota uma for: relações de gênero e educação no contexto Semiárido.** Curitiba: CRV, 2016.

RIOS, Pedro Paulo Souza. **O estranho que habita em mim: narrativas de vida e formação de professores gays no semiárido baiano.** 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2019.

RIOS, Pedro Paulo Souza. **Gênero e sexualidade na educação: reflexões acerca do fazer pedagógico/** Pedro Paulo Souza Rios (organizador) – Curitiba: CRV, 2021.

RIOS, Pedro Paulo Souza. **Subjetivações e dissidências de gênero e sexualidades no Semiárido baiano.** Salvador: EDUNEB, 2022.

RODRIGUES, Alessandro. **Crianças em dissidências: narrativas desobedientes/** Alessandro Rodrigues. 1ª edição/Salvador, BA: Editora Devires, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Persel Abramo, 2004.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer; Tradução e notas** Guacira Lopes Louro. – 1. Ed.; 4. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SANTOS, Hellen Thaís dos; GARMS, Gilza Maria Z. **Método autobiográfico e metodologia de narrativas:** contribuições, especificidades e possibilidades para pesquisa e formação pessoal/profissional de professores, 2014. Disponível em: [http://200.145.6.217/proceedings\\_arquivos/ArtigosCongressoEducadores/364.pdf](http://200.145.6.217/proceedings_arquivos/ArtigosCongressoEducadores/364.pdf)  
Acesso em 18 de jun de 2021.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W.. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.), de artigo originalmente publicado em: Educação & Realidade, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão francesa (Les Cahiers du Grif, nº 37/38. Paris: Editions Tierce, 1988.) por Guacira Lopes Louro

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SENHOR DO BONFIM. Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim. [s. d.]. Disponível em: <https://senhordobonfim.ba.gov.br/senhor-do-bonfim/>  
Acesso em: 17 de setembro de 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris:** Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **A arte de contar e trocar experiências:** reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação. Revista Educação em Questão, Natal, v.25, n. 11, p. 22 – 39, jan./abr., 2006.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Direitos humanos e diversidade sexual na escola: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 20, n. especial, p. 198-220, 2015.

Nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil, alertam UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **UNICEF.** 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>  
Acesso em: 17 de jan. de 2022.

# **ANEXO**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- DCH/CAMPUS II  
COLEGIADO DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS (PPGESA)**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS  
CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.**

**I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome do Participante: \_\_\_\_\_  
 Documento de Identidade n<sup>o</sup> : \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )  
 Data de Nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ / ( ) \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:**

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS E VIVÊNCIAS DE GÊNERO DE MULHERES TRANSEXUAIS EM SENHOR DO BONFIM - BAHIA**
2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Thaynara Oliveira da Silva**  
**Cargo/Função:** Pesquisadora

**III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:**

A senhora está sendo convidada para participar da pesquisa: “NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS E VIVÊNCIAS DE GÊNERO DE MULHERES TRANSEXUAIS EM SENHOR DO BONFIM-BA”, de responsabilidade da pesquisadora Thaynara Oliveira da Silva, docente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo analisar as subjetivações e vivências de gênero, na tentativa de compreender as estratégias de enfrentamento às normas de gênero vivenciadas durante esse trânsito no espaço escolar.

A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios o diálogo entorno das questões de gênero e sexualidade com as escolas pesquisadas, uma ampliação e desmistificação em torno dessas questões garantindo uma formação que promova a equidade, contribua para diminuição dos altos índices sociais de homofobia, transfobia e quaisquer tipo de discriminação, assim como os de mortes em decorrência das diferenças de gênero e sexualidades. Caso aceite a Senhora será entrevistada por meio de gravação de áudio, posteriormente sendo utilizado pela aluna Thaynara Oliveira da Silva do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA. Devido a coleta de informações a senhora poderá sentir pequenos desconfortos pela inserção da pesquisadora no ambiente da pesquisa, ao fazer as entrevistas. Diante disso, poderá desistir a qualquer momento, caso não se sinta confortável suficiente, também poderá mudar sua declaração, caso esqueça algum acontecimento que considere relevante. Todavia, serão tomadas todas as medidas protetivas em relação ao atual momento de Pandemia do COVID-19. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e portanto, a Sr<sup>a</sup> não será identificada. Caso queira a senhora poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que a senhora apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e a Sr<sup>a</sup> caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira a Sr<sup>a</sup> tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. A senhora receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

#### **V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADORA RESPONSÁVEL:** Thaynara Oliveira da Silva

**Endereço:** Rua Mathias de Albuquerque, 91, bairro Gercino Coelho

**Telefone:** (74) 99153-9630

**E-mail:** inara.18@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250, e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

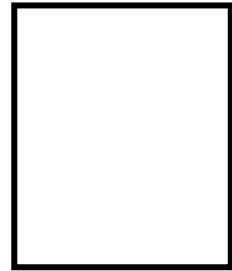
**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End:** SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

#### **V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Após ter sido devidamente esclarecido pela pesquisadora sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS E VIVÊNCIAS DE GÊNERO DE MULHERES TRANSEXUAIS EM SENHOR DO BONFIM – BAHIA, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa



\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador discente

\_\_\_\_\_  
Assinatura do professor responsável  
(orientando)